

MAY 2018

URBAN AGRICULTURE

UAMAGAZINE
34

Medindo os Impactos

www.ruaf.org

RUAF

*Uma banca no mercado de produtores de hortaliças orgânicas cultivadas na periferia de Melbourne, Austrália.
Foto: Matthew Carey para o projeto Foodprint Melbourne.*



Revista de Agricultura Urbana n.º. 34 - Maio de 2018

Medindo os impactos

3	Opinião
6	Editorial
8-28	A realização de levantamentos de sistemas alimentares urbano-regionais
8	Levantando e planejando sistemas alimentares urbano-regionais
16	Quando a rapidez encontra realidades complexas: a abordagem NADHALI para levantar e planejar sistemas alimentares urbanos
22	Envolvendo cidadãos especialistas nos levantamentos da sustentabilidade dos sistemas alimentares urbano-regionais
26	Melhorando a nutrição na África e na Ásia por meio de mudanças nas políticas
29-51	Levantando a resiliência dos sistemas alimentares
29	Construindo sistemas alimentares resilientes para a segurança alimentar urbana: o exemplo de Baltimore, Maryland
35	Avaliando a capacidade e a resiliência da 'bacia alimentar' de Melbourne: o projeto "Pegada Alimentar" de Melbourne
42	Avaliando o impacto da mudança climática e dos eventos climáticos extremos sobre o sistema alimentar de Toronto
46	A inclusão da alimentação na estratégia para aumentar a resiliência de Quito
48	Vulnerabilidade e resiliência do sistema alimentar de Colombo frente aos eventos climáticos extremos
50	A resiliência do abastecimento alimentar urbano na África Ocidental
52-78	Dados e indicadores para sistemas alimentares
52	Um marco indicativo para os sistemas alimentares urbano-regionais: um novo recurso para as cidades
58	Indicadores alimentares da cidade de Nova York: compartilhando lições para a próxima década
60	O conhecimento acadêmico adequado sobre agricultura urbana e sistemas alimentares
64	Mensurando o progresso na sustentabilidade alimentar urbana: uma "caixa de ferramentas" para a ação
68	Como o município de Ede (Holanda) desenvolveu uma ferramenta para monitorar as melhorias no sistema alimentar local
70	Comunicando objetivos e impactos do compartilhamento alimentar urbano
76	Medindo a agricultura urbana para formulação de políticas efetivas numa cidade dos EUA
79-82	Recursos

Opinião

Os responsáveis por projetos são geralmente levados a avaliar seu trabalho por meio de indicadores e coletando muitas vezes dados quantitativos por meio de abordagens complexas e tomadoras de tempo, como as planilhas lógicas e a gestão baseada em resultados.

Certamente é necessário monitorar, constante e cuidadosamente, se as nossas políticas, estratégias, pesquisas e intervenções estão alcançando os seus objetivos. Porém acreditamos que as abordagens dominantes atualmente podem prejudicar o progresso dos projetos, especialmente quando avaliam iniciativas que visam melhorar as condições sociais ou promover sistemas alimentares sustentáveis.

Por quê?

Primeiramente, esses modelos comprometem o entendimento de processos complexos de mudança ao medirem apenas números e dados discretos, mais fáceis de levantar e administrar. Os indicadores de sucesso vêm sendo crescentemente padronizados para facilitar a agregação dos dados necessária para comparações em escala global, e tendem a privilegiar o que é mensurável, subestimando o que possa ser mais importante localmente, porém difícil de avaliar.

Esse modelo, embora útil dentro de sistemas fechados para os quais foi projetado (administração de negócios e engenharia), e apropriado para o seu objetivo original (melhorar o controle dos processos), é insuficiente para promover o aprendizado com os fatos, engajar as comunidades locais ou compreender contextos sociais imprevisíveis e em transformação.

E embora a lógica da causa-e-efeito que sustenta essa abordagem seja útil para refinar o pensamento dos praticantes sobre as relações entre os recursos investidos e as atividades realizadas e seus resultados (ou impactos), ela também limita o nosso foco para o que está sendo solicitado nas planilhas de avaliação; e acabamos perdendo o que são superadas rapidamente, os fatores que influenciam a mudança são inúmeros e muitas vezes desconhecidos – e até mesmo “desconhecíveis”. Usar indicadores padronizados e apenas dados quantitativos para avaliar nossos esforços há de ser inevitavelmente insuficiente e limitado. Mas não é assim que esses dados são em geral considerados.

Os responsáveis pelos projetos e os praticantes precisam de uma abordagem para a sua avaliação que lhes abra o entendimento da rede de relações – os processos humanos – que impulsionam as mudanças, sem ignorar os indicadores e dados quantitativos, mas antes colocando-os em perspectiva.

Em segundo lugar, as abordagens atuais consomem muito tempo e recursos, e – onde não haja muito tempo nem habilidades disponíveis – as planilhas são usadas de modo inconsistente. Os indicadores são fracos, as relações e os pressupostos associados aos diversos níveis de mudança são sub-pesquisados ou exageradamente otimistas, e os parâmetros são escolhidos pela facilidade da medição.

Ainda mais problemático, talvez, é o fato de tudo isso levar a relatos de sucesso que usam medições banais e à frequente relutância de relatar – ou mesmo pesquisar – os fracassos ocorridos.

Gastamos tanto tempo desenvolvendo e alimentando dados em planilhas de gestão de desempenho que a atenção e os recursos acabam desviados das ações concretas em andamento.

Em vez de engajar as partes interessadas em conversas significativas, nós as supervisionamos e as comprimimos em números... mais preocupados em prestar contas aos patrocinadores do que em aprender com a prática.

Por fim, essas abordagens minam nossa confiança no julgamento e nas iniciativas das pessoas.

Conceitualmente, essas abordagens promovem uma visão de que a “verdade” só é encontrada quando se coletam e se analisam “os números”.

As pesquisas qualitativas – histórias de pessoas que só podem ser compreendidas ao se analisarem depoimentos – são, conseqüentemente, reduzidas à coleta de “casos de sucesso” com propósitos de “marketing” dos projetos.

Na prática, alimentar com dados essas folhas de planilhas complexas deixa menos tempo para as atividades dos praticantes e para refletir sobre elas.

Desse modo a avaliação crítica, como perguntar sobre as experiências vividas ou investigar as motivações, é desvalorizada. Isso deprecia a experiência e o conhecimento sobre sistemas alimentares detidos por acadêmicos, praticantes, ativistas e membros das comunidades e supervaloriza o papel dos técnicos.

Embora as medições, os indicadores apropriados e os dados quantitativos sejam importantes, eles não devem desclassificar as ações significativas no mundo real, nem desviar recursos necessários para essas atividades de avaliação, nem ainda substituir, com coletas de dados, as reflexões cuidadosas sobre o desenvolvimento dos projetos.

Evoluir rumo a sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis é um empreendimento altamente complexo, e inclui o envolvimento de vários setores e das diversas partes interessadas. Nós enfrentamos indústrias poderosas – tanto o agronegócio de grande escala quanto as imensas indústrias processadoras e distribuidoras de alimentos – com seus enormes orçamentos destinados ao marketing e à propaganda para nos convencer do que devemos consumir.

A coleta de dados deve alimentar continuamente o desenvolvimento das políticas e melhorar a nossa compreensão, e não apenas ser um veículo para reunir números relacionados a indicadores discretos. Seu foco deve ser compreender e viabilizar melhores processos de transformação – na medida que desvenda as relações humanas que impulsionam as mudanças – mais do que simplesmente medir resultados.

Barbara Emanuel

Manager, Toronto Food Strategy

Toronto Public Health

bemanuel@toronto.ca

John Gultig

Pitch Communications

Evaluation Consultant

jgultig@pitchcommunications.com

Editorial

A avaliação dos sistemas alimentares urbanos ou urbano-regionais é um importante fundamento para a formulação e o planejamento de políticas melhores visando a sua sustentabilidade e resiliência. Como o artigo de Carey et al. afirma (página 35): “Poucas evidências existem sobre a importância da produção alimentar na periferia das cidades para o seu abastecimento atual e frente aos riscos futuros, cada vez mais presentes. O projeto “Pegada Melbourne” visa preencher essa falta de evidências”.

Diversas metodologias para a elaboração de avaliações estão se tornando amplamente disponíveis, inclusive o conjunto de ferramentas para avaliar os sistemas urbano-regionais produzido pela parceria RUAF-FAO (página 8) e a metodologia para levantamentos rápidos de sistemas alimentares urbanos usada pela FAO (página 16). O foco desses levantamentos pode ser o potencial produtivo de alimentos numa região, a nutrição urbana (página 26) ou outras dimensões ligadas à sustentabilidade do sistema alimentar.

A resiliência das cidades frente à mudança climática e aos desastres previstos está se tornando rapidamente uma área específica de interesse nesses levantamentos. Em muitas cidades, o planejamento para reforçar sua resiliência geral inclui a resiliência alimentar, mas só limitadamente. Usando levantamentos, monitoramento e planilhas de planejamento mais abrangentes, cidades como Baltimore (EUA), Melbourne (Austrália), Toronto (Canadá) e Quito (Equador) estão identificando as principais vulnerabilidades dos seus sistemas alimentares, os desafios à resiliência e as áreas críticas para intervenções na forma de políticas públicas e projetos (ver artigos das páginas 29 a 51).

Apesar disso, Barbara Emmanuel e John Gultig (Opinião, na página 3) nos alertam que as planilhas de avaliação e monitoramento podem simplificar demais a realidade, que elas consomem muito tempo e recursos para o preenchimento, e não necessariamente nos permitem compreender os verdadeiros vetores (e falhas) para promover mudanças. Moragues-Faus (página 64) também reconhece limitações nas ferramentas convencionais de indicadores e monitoramento, e que o ponto principal é adaptar as planilhas já existentes para os contextos locais e os interesses das várias partes envolvidas.

Lee-Smith (página 60) também destaca a falta de dados comparáveis, bem como os problemas com a definição dos limites, a amostragem e os dados ultrapassados. Mesmo assim, ela considera que os dados podem ser úteis para ilustrar certas tendências. De fato, os números e os dados “duros” frequentemente agem como gatilhos para aumentar a percepção da realidade e mobilizar ações.

Com relação a esse aspecto, tanto Davies et al. (página 70) quanto Dubbeling e Carey (página 52) destacam a importância da comunicação dos objetivos e dos dados relevantes sobre o impacto das iniciativas para os usuários finais, sejam eles as comunidades alimentares ou os formuladores de políticas. A cidade de Ede (Holanda) usa um sistema virtual acessível publicamente para comunicar os avanços na direção de uma alimentação saudável e sustentável para os seus cidadãos (página 68).

A participação dos usuários finais no projeto de ferramentas para monitorar os resultados é outra estratégia usada para avaliar os progressos alcançados pelas cidades na direção de sistemas alimentares mais sustentáveis e para implementar os planos e políticas subsequentes. O Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, por exemplo, está desenvolvendo sua própria [marco de monitoramento](#) com a participação direta e ativa de 13 cidades.

O artigo sobre Basileia (Suíça) também destaca o envolvimento dos cidadãos para a avaliação da política alimentar e seu desenvolvimento e implementação (página 22).

Por ser a transição do sistema alimentar um desafio sério e urgente – e muito complexo – ela exige um processo de levantamento e planejamento de longo prazo, apoiado por políticas monitoradas em relação aos resultados gerados.

Levantar e mensurar os impactos deve servir para apoiar políticas objetivas e transformações práticas no nível das comunidades. Questões como “Quais são os dados-chaves mínimos necessários para orientar mudanças no sistema alimentar?”, e “Como a “métrica” alimentar faz realmente uma diferença para a cidade?” ainda exigem mais reflexão aprofundada e crítica.

Nós esperamos que essa edição da Revista de Agricultura Urbana contribua para tal aprofundamento.

Marielle Dubbeling e Femke Hoekstra

RUAF Foundation

m.dubbeling@ruaf.org

f.hoekstra@ruaf.org



Mercado de produtos locais em estação do metrô de Toronto. Foto: Sally Miller

Medindo o impacto de políticas alimentares: alguns exemplos de cidades e formuladores de políticas

Com base numa rápida pesquisa respondida por representantes de Curitiba (Brasil), Malmö (Suécia), Austin (EUA) e Cagayan de Oro (Filipinas)

Quais indicadores alimentares são usados nessas cidades?

- Curitiba está medindo o número de hortas e o número de pessoas que participam de programas de agricultura urbana.
- Malmö, para quantificar o progresso de sua “Política para o desenvolvimento e alimentação”, está medindo a porcentagem de alimentos orgânicos comprados (em termos de valor e de peso) e o impacto no clima (medindo os quilogramas de CO2 equivalentes por kg de alimento comercializado).
- Austin usa indicadores que estavam prontamente disponíveis, como a produção da agricultura urbana, o ambiente alimentar, a infraestrutura usada pelo sistema alimentar, as reservas emergenciais de alimentos, a fome, a economia, a saúde, e as perdas e os resíduos alimentares.
- Cagayan de Oro vai começar um programa de hortas domésticas urbanas em vários tipos de contêineres, e medir a reciclagem dos resíduos, a compostagem e o consumo de hortaliças.

Por que elas estão usando esses indicadores?

Porque eles ajudam a:

- Quantificar a eficiência dos programas de segurança alimentar e nutricional, e informar ao público os seus resultados (Curitiba).
- Responder questões como se as práticas resultaram na redução da desnutrição e da obesidade, e conseqüentemente na redução dos efeitos à saúde dessas condições (Curitiba).
- Comunicar os resultados à equipe como forma de encorajar os envolvidos a redobram os esforços para alcançar os objetivos (Malmö).
- Identificar as falhas e os pontos insatisfatórios (Malmö).
- Ter uma ideia geral de como as coisas estão mudando ao longo do tempo, em cada um dos aspectos do sistema alimentar (Austin).
- Comparar o avanço em diversas cidades, acompanhando os indicadores compartilhados na rede do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana e dos membros da Conferência dos Prefeitos dos EUA sobre Sistemas Alimentares (Austin, EUA).

O que mais essas cidades estão buscando?

- Um modo fácil para medir as sobras e perdas alimentares sem criar muito trabalho extra para quem cozinha, mas mesmo assim conseguir estatísticas confiáveis. (Malmö).
- A interpretação correta dos dados. Por exemplo, as taxas de insegurança alimentar estão decrescendo, mas os dados não informam se isso é devido ao fato de as pessoas mais pobres estarem se mudando por não conseguirem subsistir em Austin, ou se é porque de fato as condições estão melhorando para os moradores existentes (Austin).

Levantando e planejando sistemas alimentares urbano-regionais

Ariele Dublin

Guido Santina

Em 2015, a FAO, a Fundação RUAF e a Universidade Walfrido Laurie, com apoio financeiro do Ministério da Alimentação e Agricultura da Alemanha e da Fundação Daniel e Nina Crasso, iniciaram um programa colaborativo para levantar e planejar sistemas alimentares urbano-regionais em sete cidades ao redor do mundo: Colombo (Sri Lanka), Lusaka e Quite (Zâmbia), Medellín (Colômbia), Quito (Equador), Toronto (Canadá) e Utrecht (Holanda).

O levantamento dos sistemas alimentares urbano-regionais – SAUR (ou City Region Food System - CRFS) tem por objetivo fortalecer a compreensão do funcionamento e desempenho atuais desses sistemas no contexto de uma cidade e sua periferia, onde as áreas urbanas e rurais estão diretamente interligadas. Ele forma a base do futuro desenvolvimento de políticas e programas para promover a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas alimentares urbano-regionais.

A abordagem dos levantamentos e do planejamento dos SAUR baseia-se num processo formalizado de identificação e engajamento de todas as partes interessadas relevantes desde o início do processo, por meio da revisão das políticas correntes. Isso significa que um processo de SAUR pode resultar em políticas urbanas, estratégias e projetos novos ou revistos, e também na criação de novas – ou revitalizadas – redes voltadas para a governança alimentar e o desenvolvimento de políticas, tais como os conselhos de política alimentar urbana e novos programas e políticas institucionais ligados à alimentação.

Cronograma para um processo de SAUR

É importante notar que o processo de SAUR é cíclico, e não linear. Os pontos de entrada devem ser definidos conforme o contexto local. Por exemplo, como o processo de SAUR em Medellín começou durante um período de eleições regionais, ele focou primeiro no Planejamento e Apoio de Políticas para assegurar que a abordagem SAUR estava integrada nas novas agendas e programas políticos. Uma vez que esse apoio estava assegurado, o processo de SAUR continuou com o ‘Escaneamento’ e Levantamento (Scan and Assessment) do SAUR, enquanto o trabalho de Planejamento e Apoio de Políticas era realizado paralelamente.

Em Quito, o processo SAUR evoluiu a partir do escaneamento SAUR o Apoio e Planejamento de Políticas. Como parte do projeto para uma nova estratégia alimentar territorial e a partir da coleta de dados e indicadores sobre a situação inicial, o processo iniciou pelo Levantamento SAUR, mais aprofundado. Em outras cidades, como em Colombo, Kitwe e Lusaka, o processo seguiu os passos descritos abaixo. Em geral, o cronograma para cumprir todo o processo tem sido de dois a três anos, pois depende muito da dinâmica local e dos eventos políticos.

Os passos de 1 a 4 geralmente consomem cerca de nove meses; e os passos 5 e 6, de nove a doze meses – embora, como indicado, muitos passos podem ser implementados paralelamente.

Considerando-se que cada cidade-região tem o seu próprio contexto, nenhuma diretriz será viável para todas elas; mesmo assim, neste artigo oferecemos abaixo um breve resumo dos passos geralmente envolvidos no processo de levantamento e planejamento de SAUR, baseado em experiências reais nas cidades parceiras do projeto.

1. Preparando-se

A fase de preparação consiste em definir a equipe do projeto SAUR, um grupo de apoio formado pelas várias partes interessadas que irá identificar as primeiras atividades a serem realizadas, bem como a quem procurar envolver, quais objetivos perseguir, que fontes de dados iniciais estão disponíveis e distribuir as tarefas. Também é importante estabelecer cronogramas e datas-limites para cada estágio do trabalho de modo a equilibrar as atividades com os recursos disponíveis e os objetivos.



Figura 1: Passos de um processo de levantamento e planejamento SAUR

Desde o início, o projeto SAUR deverá envolver os formuladores de políticas e uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e outros interessados no sistema alimentar local.

2. Definindo o SAUR

Outra atividade inicial é demarcar o âmbito da região a ser pesquisada, e conduzir um exercício de mapeamento participativo com uma ampla gama de envolvidos interessados para definir a natureza e os limites da cidade-região local e de seu sistema alimentar. Esses limites podem ser definidos usando-se vários critérios: principais origens dos alimentos e seu fluxo; ou as fronteiras naturais, administrativas ou jurisdicionais.

Esses limites/conceitos poderão ser depois refinados ao longo do processo, quando maior quantidade de dados estiver disponível e as estratégias de intervenção territorial estiverem projetadas. Uma segunda atividade fundamental envolve o mapeamento das partes interessadas para ampliar a identificação dos principais atores direta ou indiretamente envolvidos no SAUR estudado.

3. Desenvolvendo uma visão

O objetivo dessa fase é criar uma visão comum compartilhada pelos envolvidos sobre como seria um SAUR sustentável e resiliente. O desenvolvimento dessa visão percorrerá os vários passos de todo o processo de levantamento e planejamento do SAUR.

Começa geralmente pela criação de um primeiro vislumbre geral do projeto, que irá depois se desenvolver numa visão mais refinada – e política – consolidada e compartilhada por todas as partes interessadas conforme o projeto progride.

Nessa etapa, que marca o início do levantamento e planejamento do SAUR, construir uma visão geral do projeto dará direção para a implementação da fase seguinte: o “Escaneamento SAUR”.

4. Escaneamento SAUR

O propósito do escaneamento é desenvolver uma descrição geral do contexto local (incluindo os ambientes socioeconômico, agroambiental, político e institucional) e iniciar a caracterização do sistema alimentar urbano-regional estudado. Mais especificamente, ele começa a explorar a estrutura geral, as características e o funcionamento do sistema alimentar atual, incluindo o marco institucional e regulatório; recolher informações sobre a situação inicial e identificar suas falhas; e oferecer, na medida do possível, uma indicação das tendências gerais e das questões críticas relevantes para aumentar a sustentabilidade e a resiliência do SAUR examinado.

5. Levantamento SAUR

Em cada uma das cidades participantes do projeto, o escaneamento revelou claramente as falhas no sistema alimentar, suas limitações e os desafios importantes. Com base nesses dados e limitações, e em linha com as prioridades políticas identificadas, as áreas mais relevantes foram definidas para um levantamento mais aprofundado.

A isso seguiram-se uma nova e/ou adicional coleta de dados e mais pesquisas em cada cidade. Esse levantamento mais aprofundado do SAUR pode ser guiado por um marco de indicadores desenvolvido pela Fundação RUF e pela FAO (ver artigo na página 52).

Consultas às partes interessadas e seu engajamento são vitais para a coleta de maiores informações sobre os dados básicos que estejam faltando e as questões prioritárias para as várias partes envolvidas, e também sua contribuição contínua nos processos da fase seguinte, de planejamento e para as políticas desejadas.

6. Planejamento e apoio às políticas

O objetivo final do processo de SAUR é avançar com o projeto de políticas ou planejamento das estratégias visando construir um sistema alimentar urbano-regional mais sustentável e resiliente. Nessa fase, portanto, a equipe multiatorial do SAUR deve desenvolver políticas, estratégias e planos de ação a partir das conclusões do levantamento realizado na fase anterior. Esse apoio e planejamento para a formulação de políticas poderão envolver análises, formulação e revisão, integração das políticas propostas, e planejamento para novas ações. Esse envolvimento contínuo dos formuladores das políticas e das outras partes interessadas é fundamental para assegurar a aceitação e efetiva implementação das propostas formuladas.

7. Governança

Melhorias nas estruturas de governança, através do desenvolvimento de novas redes ou ao facilitar novos canais de participação para atores fundamentais do sistema alimentar, são prioritárias para o impacto das políticas.

O processo de SAUR irá ajudar, em última análise, a melhorar a governança do sistema alimentar ao aplicar de modo consistente uma abordagem multiatorial e também no processo participativo ao longo dos vários passos do levantamento e planejamento do SAUR, por meio do fortalecimento e criação de novas redes e/ou estruturas de governança alimentar, da melhoria da capacidade do governo e dos atores para implementar o processo de SAUR, e pela promoção de bons projetos e do monitoramento para a política alimentar (ver a seção “Política e planejamento”).

Exemplos dos resultados das políticas nas cidades-pilotos

Recomendações para políticas

Em todas as cidades, os resultados dos processos de SAUR conduziram para um conjunto de propostas-chaves de políticas e recomendações. Em algumas cidades já foram adotadas várias delas, incluindo novas estruturas de governança. Em outras, novos processos estão sendo implementados pelas partes locais interessadas ou na forma de novos projetos.

Embora as propostas e recomendações de políticas possam diferir, em todas as cidades-pilotos o processo SAUR permitiu a construção de maior consciência e troca de informações sobre as características e funcionamento do SAUR e criou a base para uma visão comum e compartilhada do que seja um SAUR realmente sustentável.



Processo participativo de desenvolvimento de políticas alimentares em Quito. Foto: Alain Santandreu

No exemplo da **Toronto Greater Golden Horseshoe** (Canadá), o trabalho do SAUR não pode ser considerado o único contribuinte para a atividade de políticas públicas nas diversas escalas. O trabalho ajudou, porém, a configurar outras iniciativas, tanto direta quanto indiretamente.

O **Plano de Crescimento (The Growth Plan)** para a região de Greater Golden Horseshoe, implementado a partir de julho de 2017, incluiu explicitamente o controle da expansão urbana e a proteção das áreas agrícolas e naturais: “A disponibilidade finita de terras agrícolas de boa qualidade, que alimentam a região e mais além, deve ser protegida para assegurar uma economia rural e agrícola vibrante e produtiva, e garantir o acesso a um abastecimento seguro de comida para as futuras gerações”.

Como destacado no Plano de Crescimento, os municípios incluídos na região de Toronto são encorajados a implementar estratégias agroalimentares e a fornecer oportunidades para facilitar o acesso a alimentos locais, saudáveis e a preços acessíveis; promover a agricultura urbana e periurbana; planejar o sistema alimentar; e a garantir a sustentabilidade dos negócios agrícolas, agroalimentares e de processamento de alimentos, bem como a infraestrutura necessária.

Três desafios muito comuns

As cidades envolvidas no projeto encontraram várias limitações e obstáculos ao implementar seus processos de SAUR. Os três mais comuns foram:

1. **Disponibilidade limitada de dados.** A pesquisa de SAUR ilustrou os significativos desafios que surgem da carência de dados e de análises empíricas sobre os sistemas alimentares. Mesmo em ambientes mais “ricos de dados”, como Toronto, dados específicos sobre o sistema alimentar ou eram inexistentes ou ultrapassados, ou disponíveis apenas para algumas jurisdições (a cidade, o estado), mas não para a cidade e sua região especificamente. Uma combinação de pesquisa primária e secundária de dados foi usada para complementar os dados faltantes. Entrevistas com atores envolvidos e estudos de caso focados forneceram fontes adicionais de informação e análise. Superar esse desafio irá exigir primeiramente a identificação e priorização dos dados, a necessidade de análises e informações, e, a seguir, determinar os diversos meios inovadores e eficientes para coletar e analisar sistematicamente esses dados de modo a produzir as informações necessárias para as tomadas de decisões.
2. **Aceitação política e envolvimento das partes interessadas.** Qualquer processo multiatorial exige um alto nível de participação das pessoas e setores envolvidos. Esse envolvimento pode causar fadiga nos participantes, ou pode ser difícil manter as pessoas participando por outras razões (falta de engajamento institucional versus individual; agendas conflitantes; falta de histórico de colaboração; ausência de resultados objetivos desde o início do processo). Ferramentas importantes usadas no projeto foram as entrevistas individuais com atores envolvidos, o treinamento, e uma variedade de técnicas de engajamento e envolvimento dos formuladores das políticas a serem adotadas.
3. **Mecanismos e instrumentos de governança para atuar no nível urbano-regional.** A interação e coordenação são necessárias entre os vários níveis de governo (prefeituras maiores e menores na região, governos local, estadual e federal). Muitos programas federais ou estaduais ainda priorizam o desenvolvimento especificamente rural em detrimento do desenvolvimento urbano ou urbano-regional. Cidades menores incluídas em regiões metropolitanas frequentemente têm menos capacidade humana e financeira para intervenções do que as maiores. As autoridades urbanas e rurais municipais, diferentemente das estaduais, podem não ter muita história de envolvimento em planejamento e implementação de políticas em conjunto, especialmente quando diferentes orientações políticas estão em jogo. Desde o início do processo, treinamento específico, atenção e tempo devem ser dedicados para facilitar tal coordenação e a integração horizontal e vertical das políticas públicas.

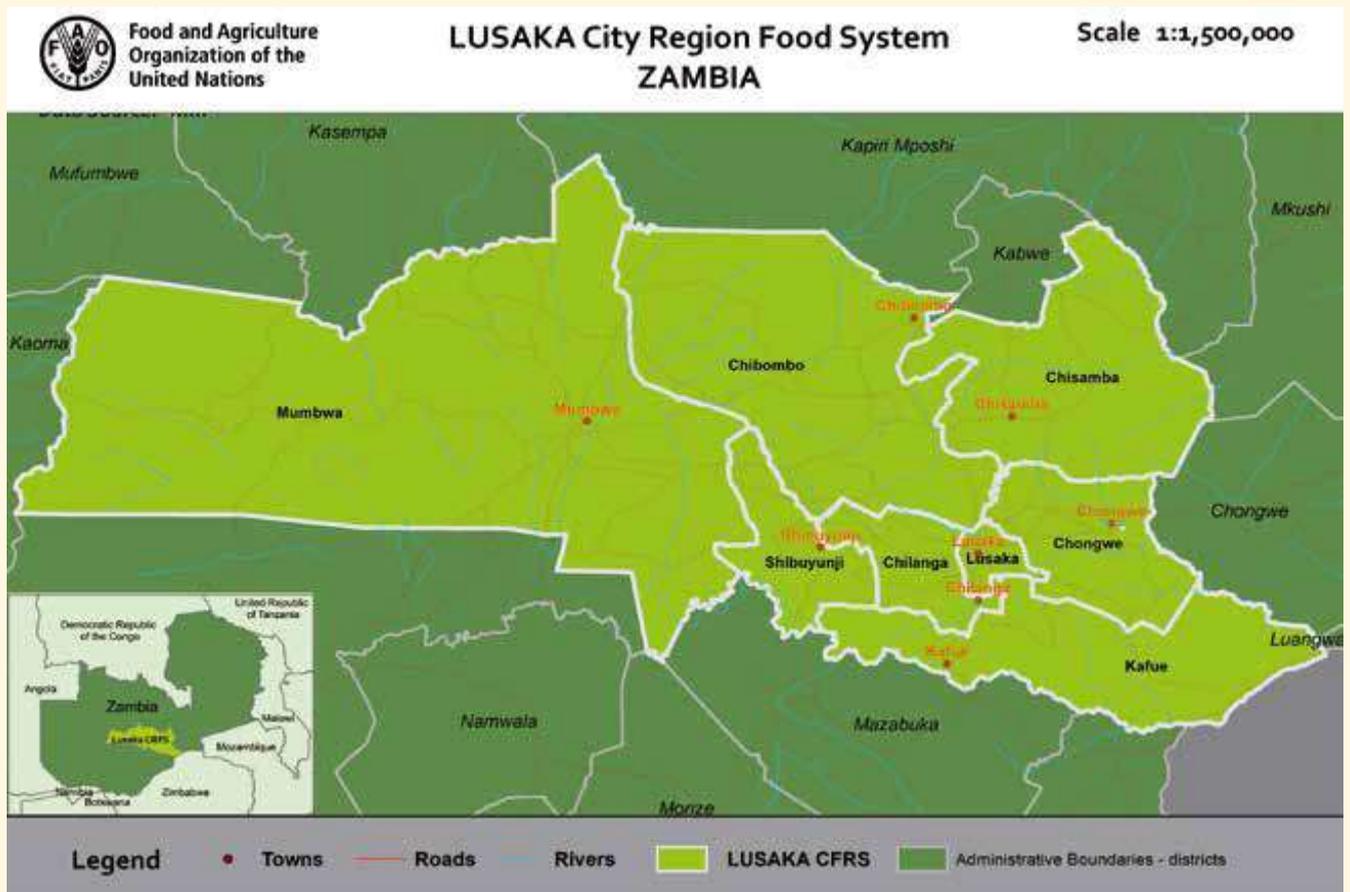
Em **Quito**, o processo de SAUR culminou no projeto de uma estratégia alimentar territorial, e agora uma resolução formal e um decreto serão submetidos ao Conselho Municipal para aprovação até o final de 2018. Outra iniciativa foi a criação de um conselho local de política alimentar.

Em **Medelin**, a prefeitura contratou um estudo para levantar melhor as possibilidades de produção e comercialização de alimentos produzidos nas comunidades rurais de seu entorno.

Além disso, uma proposta foi desenvolvida para renovar o mercado de alimentos de Campo Valdes e transformá-lo num centro logístico regional de alimentos ou “food hub” dentro da cidade.

Isso tornará o abastecimento de alimentos mais acessível para as associações de produtores da área rural de Medellín, e irá regular o papel dos intermediários, permitindo que esses alimentos frescos cheguem aos consumidores a preços mais acessíveis.

Após o levantamento SAUR e a revisão das políticas, o Conselho Municipal de Colombo concordou em introduzir uma legislação local para promover e regular as ações de “Redução, Reuso e Reciclagem” dos resíduos alimentares no nível municipal.



A cidade-região de Lusaka é formada por oito distritos: Lusaka, Mumbwa, Chibombo, Chisamba, Shibuyunji, Chongwe, Kafue e Chilanga. Toda essa área é definida com base na origem e fluxos dos alimentos que representam a cesta básica típica dos moradores locais. Estima-se que cerca de 60% dos alimentos consumidos em Lusaka são produzidos na cidade e em sua região.

Integração de políticas

Em **Kitwe** e **Lusaka** (Zâmbia), um resultado do processo de SAUR foi a proposta, ora em desenvolvimento, para integrar a alimentação na Política Urbana Nacional do país.

Um outro exemplo foi a inclusão da alimentação local/regional como um componente da Política de Vida Urbana Saudável de **Utrecht**, semelhantemente à sua inclusão na Estratégia pela Resiliência de Quito.

Em **Colombo**, o processo informou o trabalho do recentemente criado Ministério para o Desenvolvimento da Megalópole e da Província Ocidental, responsável pelo desenvolvimento urbano dessa região, de modo a integrar a agricultura e a alimentação no processo de planejamento urbano.

Estruturas de governança alimentar

O levantamento do SAUR na região de **Medelín** resultou no aumento da consciência entre as autoridades públicas regionais de que são necessárias ações conjuntas acordadas entre os vários setores para melhorar o sistema alimentar urbano-regional, especialmente na arena do abastecimento alimentar. Uma nova estrutura de governança e uma plataforma institucional adequada estão sendo planejadas, nas quais as diversas autoridades públicas – incluindo a prefeitura de Medelín, a região metropolitana do Vale do Aburrá (que reúne dez municípios com fortes competências e responsabilidades ambientais) e o governo provincial (estadual) de Antioquia – colaboram.

Essa plataforma governamental tripartite voltada para questões de políticas alimentares regionais, chamada “Alianza por el Buen Vivir”, pretende servir como um espaço e mecanismo para coordenação e articulação do desenvolvimento coletivo e implementação de políticas e projetos com uma perspectiva de governança territorial no sistema alimentar de Medelín.

Discussões envolvendo as várias partes interessadas organizadas no contexto da pesquisa SAUR e do Projeto Cidades Atentas para a Alimentação para o Desenvolvimento (Food Smart Cities for Development Project), incluindo a prefeitura de **Utrecht**, a Universidade de Utrecht (Centro Alimentação do Futuro - Hub Future Food), a Comissão Econômica, o Rabobank local, o Programa Alimentação e Saúde (Food and Health Programme) e a província de Utrecht, resultaram na criação de uma rede regional ligada à alimentação – uma plataforma onde todos podem se encontrar, trocar ideias e renovar inspirações.

O objetivo é desenvolver coletivamente um ambiente alimentar saudável e sustentável na região de Utrecht.

Conclusão

Para apoiar políticas de transformação e implementação de SAUR sustentáveis e resilientes que alcancem as comunidades, é importante que as cidades e suas regiões levantem como elas são alimentadas e quais são suas grandes dependências alimentares, identificar suas fraquezas e potenciais pontos críticos e, onde possível, desenvolver estratégias específicas para melhorar seus sistemas alimentares.

O levantamento ajuda as várias partes interessadas a reconhecer as ligações entre a alimentação e várias outras políticas setoriais, como transporte (já que grande parte do trânsito de veículos está relacionada com a distribuição de alimentos), saúde (desnutrição, obesidade, alimentação escolar), planejamento do uso do solo para áreas agrícolas e multifuncionais, desenvolvimento comunitário e revitalização, geração de emprego (na produção, processamento e comercialização de comida) e gestão dos resíduos (uso produtivo dos resíduos agrícolas e alimentares e das águas servidas).

Além disso, a abordagem SAUR ajuda as cidades a compreenderem a extensão pela qual a segurança alimentar urbana depende das áreas produtivas rurais e como o sistema alimentar impacta tanto as populações urbanas quanto da região ao redor das cidades.

Essa compreensão ajuda o governo do município a perceber a alimentação como um vetor para outras políticas urbanas sustentáveis.

Cada sistema alimentar urbano-regional é único, com suas características e desafios específicos e soluções próprias.

O projeto desenvolveu um conjunto de ferramentas que documenta uma abordagem testada em sete cidades ao redor do mundo para mapear e levantar seu próprio sistema alimentar urbano-regional e para planejar intervenções específicas que atendam às questões e necessidades locais.

Os exemplos estudados e as ferramentas documentadas fornecem experiências e lições valiosas que podem acelerar o desenvolvimento de iniciativas semelhantes em outras cidades-regiões do mundo que queiram aplicar, adaptar e ampliar práticas similares.

Marielle Dubbeling

RUAF Foundation

m.dubbeling@ruaf.org

Guido Santini

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO

guido.santini@fao.org

Referências

- www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/toolkit/introduction/en/
- www.ruaf.org/projects/developing-tools-mapping-and-assessingsustainable-city-region-food-systems-cityfoodtools

Quando a rapidez encontra realidades complexas: a abordagem NADHALI para levantar e planejar sistemas alimentares urbanos

Jorge M. Fonseca
Cecilia Marocchino
Peter Batt
Rebecca Wanjiru
David Neven

Os governos locais estão priorizando a alimentação e a nutrição em suas agendas, e com um senso crescente de urgência. A rápida urbanização está colocando uma pressão sem precedentes sobre os recursos naturais, influenciando no que comemos, onde e quando, e causando um profundo impacto em nossa saúde e bem-estar.

A Nova Agenda Urbana (NAU) é uma mensagem global de que o planejamento de sistemas alimentares sustentáveis é fundamental para os países alcançarem os objetivos da Agenda 2030.

Ideias inovadoras sobre alimentação urbana têm sido discutidas para facilitar a implementação da NAU (ver o relatório do Grupo de Especialistas pós-Habitat III “[Integrando a segurança alimentar e nutricional ao planejamento urbano e territorial](#)”).

Porém, para muitas autoridades locais, lidar com sistemas alimentares coloca diversos desafios, incluindo: (i) compreender o sistema alimentar atual; (ii) reconhecer quais ações são necessárias para melhorar o sistema e as interações com os sistemas rural e não alimentício; e (iii) instituir um mecanismo para facilitar a mudança de modo inclusivo e efetivo.

Em dezembro de 2016, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO lançou um projeto para ajudar os municípios a atenderem aos compromissos de seus países no âmbito da NAU. O projeto, conhecido como NADHALI, tem três objetivos principais:

1. desenvolver uma ferramenta para avaliação rápida de sistemas alimentares urbanos (1);
2. desenvolver um mecanismo participativo de governança alimentar que facilite o planejamento efetivo e inclusivo do sistema alimentar; e
3. criar um programa de capacitação que ligue a análise à governança e empodere os envolvidos no planejamento de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.

Neste artigo, vamos focar nos dois primeiros objetivos que, juntos, fornecem uma abordagem para levantar e planejar sistemas alimentares mais adequados para as cidades.

Consultas com os governos locais tornaram evidente a necessidade de uma ferramenta para gerar evidências e análises para apoiar suas decisões relacionadas com o sistema alimentar.

Em Nairóbi, por exemplo, o Secretário Municipal de Agricultura notou que eram necessários mais dados para compreender a relação entre a logística do sistema alimentar e as culturas e preferências locais quanto à alimentação. Essas informações iriam oferecer uma base inicial de referência para apoiar o município a entender a situação corrente do sistema e as melhorias necessárias.

Para preencher essa falta de informações, a FAO desenvolveu a Ferramenta para Avaliação Rápida de Sistemas Alimentares Urbanos (Rapid Urban Food Systems Appraisal Tool - RUF SAT), com a finalidade de identificar os pontos críticos que comprometiam e constroem o desempenho econômico, social e ambiental do sistema.

Em Dhaka, por exemplo, ao contrário da crença generalizada de que os intermediários lucravam de forma exorbitante, a análise revelou que os atacadistas estavam operando com uma margem de apenas 2%. Com margens tão exíguas, os atacadistas são muitas vezes levados a trabalhar com produtos de menor qualidade, comprometendo a saúde pública.

O conhecimento gerado pelo RUF SAT serve para identificar estratégias que podem contribuir para reduzir o desperdício de alimentos; melhorar o acesso a alimentos seguros e nutritivos com preços acessíveis; reduzir a pressão sobre os recursos naturais; enfrentar as inequidades na distribuição de alimentos; preservar a cultura alimentar; e promover dietas saudáveis.

Em Dhaka, o maior mercado atacadista de peixe fresco está localizado no centro da cidade. Apesar de haver regulamentos que determinam quando os caminhões que o abastecem podem entrar na cidade, o tráfego congestionado é uma dificuldade importante. As perdas também são acentuadas pela ausência de instalações e transporte refrigerados – e o gelo usado para resfriar os produtos, a baixa qualidade da água, a infraestrutura insuficiente e a falta de saneamento agravam o risco de contaminação dos alimentos por patógenos fecais.

O mecanismo participativo de governança alimentar previsto em cada uma das três cidades-pilotos do projeto (Nairóbi, Dhaka e Lima) está relacionado fortemente com a criação de um Grupo de Ligação e Assessoramento Alimentar (Food Liaison Advisory Group - FLAG): uma plataforma multiatorial que representa coletivamente as vozes dos vários envolvidos no sistema alimentar local. Nele estão representados o setor privado e o público, as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas afetadas pelas decisões do governo.

Inclusive os atores que representam outros sistemas de commodities da indústria e do comércio, e de serviços como o sistema de saúde.

A dinâmica do comércio ambulante de alimentos está incluída na abordagem NADHALI. Foto: FAO



O FLAG, quando reconhecido como um recurso fundamental para o planejamento, e adequadamente empoderado, é capaz de interferir junto aos tomadores de decisões, indicando problemas potenciais e alertando os planejadores urbanos, nos níveis local, estadual e nacional, sobre as abordagens holísticas que permitem o planejamento de um sistema alimentar sustentável.

Bons exemplos de versões do FLAG institucionalizadas e/ou modificadas são os conselhos de política alimentar ou mecanismos semelhantes encontrados hoje em cidades como Vancouver, Filadélfia e Bristol. Em Lima, estimulada pela “abordagem NADHALI”, um decreto está sendo discutido para reconhecer formalmente o FLAG local, e todos os seus membros irão assinar a “Carta Alimentar”, que expõe sua visão e propõe prioridades para a cidade.

Priorizando a informação e envolvendo a pluralidade

O RUF SAT consiste em: (i) um guia-mestre para coletar e analisar dados secundários e conduzir o levantamento das políticas em curso; (ii) um conjunto de pesquisas específicas junto aos atores principais, incluindo os consumidores e os produtores e processadores, atacadistas e varejistas de alimentos; e (iii) um protocolo para a elaboração dos relatórios.

Os dados secundários são coletados da agência nacional de estatísticas, dos ministérios do governo federal (agricultura, comércio e indústria, ambiente, saúde, transporte e desenvolvimento social), das secretarias estaduais e municipais, da academia e instituições de pesquisa, bem como dos operadores de turismo e lazer e das organizações da sociedade civil.

Esses dados aumentam a compreensão do sistema alimentar atual, as tendências socioeconômicas, a produção e o processamento dos alimentos e sua distribuição, comercialização e consumo, além do ambiente das políticas relacionadas. Em cada um dos pontos críticos identificados pelo RUF SAT, os impedimentos institucionais que comprometem a integridade dos alimentos são revelados (2), apontando-se os riscos na segurança dos alimentos, ou agravando a sua perda como resultado de gargalos na logística, no manejo inadequado e na governança insuficiente.

No nível dos consumidores, as pesquisas são realizadas em centros de comércio tradicionais e modernos para aumentar a compreensão dos fatores que influenciam as decisões dos consumidores quando compram alimentos, o tipo de alimento que compram, quanto gastam com alimentação, como conservam os alimentos, quais os métodos de preparo das refeições no nível doméstico, e as diversas fontes nas quais as pessoas obtêm sua comida.

Com o objetivo da rapidez (no prazo de três meses), ao coletar informações e entender as complexas relações entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, três a quatro cadeias de valor de alimentos priorizados pelo FLAG são analisadas.

Os produtos alimentícios selecionados para análise incluem um alimento amiláceo (arroz em Daca, batata em Lima e Nairóbi); produtos frescos (geralmente uma hortaliça folhosa, uma raiz e um fruta); e algum tipo de peixe ou carne (de boi, frango, porco, ovelha ou cabra).

A pesquisa das cadeias de valor objetiva coletar dados sobre fatores origem dos alimentos, sazonalidade do fornecimento, transporte e logística, relações de longo prazo entre vendedores e compradores, margens de preços, custos operacionais, segurança, armazenamento, perdas e desperdícios dos alimentos, e os principais problemas que impactam os negócios.

Além dessas entrevistas estruturadas e análises das cadeias de valor, uma análise espacial dinâmica usando-se sistemas de informação geográfica (SIG) é conduzida para integrar os dados espaciais com os não espaciais. Essa informação é crítica para o planejamento alimentar urbano, já que revela as lacunas em termos de acesso a alimentos nutritivos e permite que o FLAG identifique os bairros com alta vulnerabilidade à insegurança alimentar ou explorar ambientes que favorecem dietas pouco saudáveis, como os “desertos”, os “pântanos” e as “tundras alimentares” (3).

O SIG ajuda a identificar as principais “bacias alimentares”, as redes de transporte e infraestruturas básicas, incluindo estações de tratamento de água e os principais processadores de alimentos, visando melhorar a gestão dos recursos urbanos e estabelecer planos de contingência para lidar com crises no sistema alimentar ou interrupções no abastecimento.

Sob a liderança do governo local e com uma função consultiva, os membros do FLAG são estrategicamente identificados para representar a cultura, a geografia, a política, a religião, as capacidades e os direitos de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos no sistema alimentar. Um FLAG normalmente consiste num grupo central ativo que se expande de acordo com necessidades específicas, que podem incluir discussões técnicas sobre questões como gestão dos resíduos alimentares e agrícolas ou a vulnerabilidade a eventos climáticos. O caminho e o ritmo do processo de diálogos do FLAG são, portanto, variáveis.

O processo é influenciado por muitos fatores, incluindo o nível de empoderamento e compromisso, a estabilidade política e a facilidade com que as informações e o conhecimento são geridos e avançam de modo consistente. Durante todo o processo de construção de conhecimento nos FLAGs, a contribuição de entidades externas pode facilitar o diálogo entre as instituições e atores envolvidos. De fato, a experiência do NADHALI demonstrou que as instituições com uma perspectiva mais holística, como a FAO, muitas ONGs e várias universidades, podem desempenhar um papel fundamental na facilitação de mecanismos de governança multiescalar.

O FLAG complementa a análise do RUFSAAT com informações qualitativas. Após rever as informações geradas pelo RUFSAAT, o FLAG pode não apenas recomendar maiores análises com base nos pontos críticos identificados, mas também discutir a formulação de estratégias holísticas e planos de ação.

Num processo de consultas, os FLAGs também definem o caráter (a visão) do sistema alimentar que se pretende desenvolver para a cidade.

Analises para a ação

As análises dos sistemas alimentares mostraram uma persistência de perdas de alimentos nas etapas intermediárias da cadeia de fornecimento (ou seja, na distribuição) e uma tendência crescente para a redução dos atores no controle da cadeia de abastecimento e dos preços. Isso destaca a importância de fortalecer sistemas pós-colheita inclusivos e eficientes.

Os FLAGs reúnem informações sobre os vários insumos e produtos (inclusive as externalidades ambientais) em diferentes pontos das cadeias de abastecimento, e as possíveis razões para riscos biológicos, químicos e físicos para a segurança dos alimentos.

Os levantamentos rápidos podem fornecer percepções valiosas sobre as bacias alimentares, trazendo oportunidades para os compradores urbanos (varejistas, restaurantes) contatarem com mais facilidade os produtores de alimentos. Em Lima, a maior compreensão sobre as bacias alimentares revelou a enorme importância de certas regiões para fornecer alimentos nutritivos para a população da cidade.

Isso fez crescer o interesse em melhorar as ligações da região metropolitana de Lima com municípios mais distantes – a até 16 horas de distância por rodovia.

O levantamento rápido do sistema de distribuição de alimentos de Nairóbi evidenciou que perto de 50% dos alimentos chegam aos consumidores finais por meio de canais informais como vendedores ambulantes e barracas sem licença ou controle instaladas nas ruas. Essa porcentagem é ainda maior (67%) quando se trata de hortaliças.

Esses sistemas informais operam fora de qualquer infraestrutura regulatória funcional que zele pela qualidade e segurança dos alimentos. A constatação desse fato levou a prefeitura de Nairóbi, com apoio do FLAG local, a desenvolver uma estratégia de sistema alimentar que irá priorizar ações para criar um ambiente facilitador que promova a comercialização de alimentos mais seguros.

O levantamento mostra que os atacadistas em cadeias de valor de alimentos importantes de Nairóbi trabalham com margens significativas. Essas margens não podem ser atribuídas à eficiência do sistema de distribuição, mas antes à capacidade dos atacadistas para imporem os preços aos fornecedores (geralmente agricultores) e aos compradores (geralmente varejistas). O mesmo cenário não se repete entre os varejistas: o levantamento revelou que eles operam com margens mínimas e algumas vezes negativas. Isso pode ser atribuído aos altos custos operacionais, como transporte, eletricidade e água, bem como a mão de obra.

A análise em Nairóbi destacou a importância da coordenação setorial no nível local (municipal) para assegurar programas que reduzam efetivamente as perdas e garantam a segurança dos alimentos para a saúde.

Além da geração de conhecimento sobre o abastecimento alimentar, os FLAGs dependem das informações providas pelo RUFSAAT para apoiar os governos locais a planejarem ambientes saudáveis para o varejo de alimentos e, dependendo das prioridades acertadas, estabelecer mecanismos para o uso melhorado dos recursos naturais e a gestão das áreas verdes urbanas e dos riscos diante de eventos climáticos extremos.

Soluções flexíveis geradas localmente como objetivo: algumas lições aprendidas

Ao entrar em seu segundo ano, os processos de NADHALI conduzidos em três países provaram que o potencial para o planejamento efetivo de sistemas alimentares depende de um RUFSAAT flexível, que funcione mais como um marco orientador do que como um método padronizado, que – uma vez “localizado” – possa ser integrado ao processo de planejamento do sistema alimentar local.

O papel do FLAG na complementação do RUFSAAT com informações qualitativas é crucial para assegurar a rapidez na análise dos sistemas alimentares em uma realidade complexa. A rápida geração de dados com o RUFSAAT provou ser viável em poucos meses. Porém, a efetiva implementação em paralelo do RUFSAAT e do FLAG não pode ser tão rápida por natureza, considerada a complexidade do processo participativo.

De fato, o sucesso do processo conduzido pelo FLAG depende de um compromisso claro do governo local, como ator principal, e do envolvimento apropriado das diversas partes interessadas. A inclusão no FLAG dos grupos mais vulneráveis é, portanto, de fundamental importância.

Reconhecer formalmente o processo de envolvimento multiatorial e estabelecer um ambiente de pertencimento para as partes interessadas são dois aspectos fundamentais para a sustentabilidade do processo, independentemente de mudanças no ambiente político.

O papel da análise espacial é fundamental para compreender a dimensão geográfica do sistema alimentar e suas potenciais limitações (por exemplo, o acesso físico desigual para muitos alimentos nutritivos). Além disso, é importante destacar que a alimentação é um sistema complexo, sempre se modificando, que não pode ser compreendido sem analisar as relações de poder entre os atores envolvidos.

Em 2018, o município de Douala (Camarões) está adaptando a abordagem NADHALI. Embora o contexto local seja muito diferente, existe a mesma urgência para levantar rapidamente o sistema alimentar local por meio de planos e ações eficazes, as lições aprendidas das experiências associadas ao projeto-piloto certamente serão úteis para o futuro.

Jorge M. Fonseca, Cecilia Marocchino, Peter Batt, Rebeccah

Wanjiru and David Neven

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

jorge.fonseca@fao.org

Notas

1. Neste artigo, a expressão “sistemas alimentares urbanos” refere-se a um contexto inclusivo e amplo da “pegada alimentar”, considerando-se a sustentabilidade dos sistemas relacionados com as cidades e reconhecendo as implicações econômicas, sociais e ambientais das atividades urbanas ligadas à alimentação.
2. A expressão “integridade alimentar” é um conceito amplo que descreve “o estado de o alimento ser integral, inteiro, não reduzido e em perfeitas condições”. Ele fornece uma garantia aos consumidores e a outras partes interessadas sobre a segurança, a autenticidade e a qualidade dos alimentos.
3. Esses três conceitos estão relacionados com o tipo de oferta alimentar que predomina em bairros urbanos: “desertos alimentares” são comunidades de baixa renda com acesso limitado a alimentos a preço viável para seus moradores; “pântanos alimentares” são comunidades urbanas pobres com suficiente ou excessiva oferta varejista tanto de alimentos nutritivos quanto de “fast-food” (muita energia, poucos nutrientes); e “tundras alimentares” são áreas urbanas onde os alimentos mais acessíveis são predominantemente os pouco nutritivos e muito energéticos (calóricos).

Envolvendo cidadãos especialistas nos levantamentos de sustentabilidade dos sistemas alimentares urbano-regionais

Catharina Path
Hidro Moschitz
Heide Hoffmann

O caminho para chegar a um sistema alimentar urbano-regional consistente é específico para cada cidade. E quem conhece melhor uma cidade do que as pessoas que vivem nela? Nós experimentamos uma nova abordagem na cidade de Basiléia, Suíça, para envolver os cidadãos na criação de uma ferramenta para avaliar a sustentabilidade do sistema alimentar da cidade.

Como uma das primeiras cidades a assinar o Pacto de Milão para Políticas Alimentares Urbanas, a prefeitura de Basiléia mostrou interesse em avaliar o seu progresso rumo a um sistema alimentar sustentável. Criou então uma parceria com o [Instituto de Pesquisas em Agricultura Orgânica \(FiBL\)](#) para oferecer uma oportunidade para elaboração de tese de mestrado voltada para pesquisar a situação da cidade. Dada a natureza complexa do sistema alimentar de uma cidade, e os limitados recursos disponíveis para financiar uma tese de mestrado, foram selecionados 17 especialistas representando a sociedade, formuladores de políticas e o setor comercial.

Nós então os entrevistamos sobre as necessidades que percebiam com relação a um SAUR sustentável para Basiléia, e assim foram definidos 65 critérios para a avaliação.

Passos para definir os critérios do levantamento

Os seguintes passos foram adotados para usar o conhecimento dos especialistas para definir os critérios para levantar a sustentabilidade do SAUR de Basiléia.

Primeiro, os especialistas foram convidados a contribuir com seus conhecimentos para o projeto. Todos eles estão ativos na arena da sustentabilidade alimentar da cidade, e representam vários órgãos da administração local, do setor alimentar comercial e da sociedade civil, incluindo um representante de uma associação de produtores, um consultor especialista em gestão de resíduos, o gerente de um banco de alimentos, e vários ativistas alimentares.

A seguir, entrevistas individuais face-a-face coletaram opiniões, informações de fundo e ideias pessoais. Duas questões foram colocadas para todos: “o que você considera importante quando pensa em um sistema alimentar urbano-regional sustentável?” e “descreva sua ideia de uma situação de sustentabilidade para ... (o tópico em discussão)”.

Os entrevistados foram capazes de listar diversos tópicos, mas, em muitos casos, o estado perfeitamente estável não pôde ser descrito.

Mesmo assim, muitas vezes os entrevistados puderam qualificar o que eles consideravam os pontos críticos no caminho da sustentabilidade.

Essas entrevistas foram então analisadas e os tópicos mais relevantes, identificados.

Por fim, cada um desses tópicos foi redigido como um critério potencial para avaliação, com a descrição de seu objetivo.

O que avaliar em Basiléia?

Houve muitas interpretações para a expressão “sistema alimentar sustentável”, e alguns tópicos se confundiam parcialmente com outros. No final, identificamos 65 critérios de avaliação em quatro categorias: os ecológicos, os econômicos, os sociais e os de governança.

Provavelmente por que a **dimensão ecológica** está mais frequentemente associada com o termo ‘sustentabilidade’, os tópicos mais comuns foram listados nessa categoria: promover a agricultura orgânica e responsável, reduzir a consumo de carne, fomentar a economia circular, encurtar as rotas de transporte, consumir produtos sazonais e reduzir a perda de alimentos e o seu empacotamento.

Os tópicos ligados à **categoria econômica** foram mais especificamente relacionados com a cidade de Basiléia. Conscientes do poderoso oligopólio formado pelas duas principais empresas varejistas suíças, houve muitas opiniões divergentes sobre como formatar uma economia com uma distribuição justa dos benefícios e custos entre os produtores, os varejistas e os consumidores. Os especialistas propuseram soluções como as vendas diretas, os contratos de fornecimento e o apoio às start-ups alimentares. Um critério de avaliação foi, por exemplo, “oportunidades iguais”, significando que deveria haver incentivos para as start-ups e pequenas e médias empresas (PME) para entrarem no mercado e criarem meios de vida aceitáveis para os seus profissionais. Outra característica específica de Basiléia é sua proximidade à Alemanha.

O comércio de alimentos logo após a fronteira coloca um grande desafio para as lojas suíças: elas oferecem alimentos a preço muito mais baixo do que na Suíça por causa do câmbio vantajoso entre o franco suíço e o euro, e os preços geralmente menores na Alemanha. A descrição desse critério de avaliação, neste caso, é encontrar uma solução que mantenha o poder de compra na Suíça e gere um meio de vida adequado para os comerciantes e produtores locais (suíços).

A principal questão na **categoria social** foi o recuo na valorização, ou apreciação, da comida por muitas pessoas. De acordo com os entrevistados, essa é a razão para as pessoas não quererem pagar mais caro por uma comida melhor, e gerarem enorme desperdício de alimentos. Muito ligada com essa falta de valorização da comida está a falta de consciência sobre todos os aspectos ligados à alimentação. Como essa consciência pode ser aumentada por meio da educação, alguns dos critérios de avaliação referem-se a questões como conscientização sobre os impactos ambientais da alimentação, as condições de trabalho no setor, e as condições de armazenamento de alimentos frescos ou processados.

Muitos dos entrevistados consideram o **governo** responsável por criar um ambiente que apoie a sustentabilidade do sistema alimentar local. A alimentação deve tornar-se mais visível nos debates diários na cidade, para que haja um compromisso para buscar um SAUR sustentável – abordando as dimensões ecológica, econômica e social igualmente. Foi sugerido que a cidade promova análises periódicas dos impactos. O governo também deve proteger os cidadãos contra todo tipo de fraude relacionada à comida, como o uso de etiquetas e rótulos indevidos e a propaganda enganosa.

Uma lista completa de indicadores?

A lista dos critérios para avaliação compilados dessa maneira participativa corre o risco de permanecer incompleta caso perspectivas particulares ou grupos de interesse não sejam envolvidos, ou não o suficiente. Além disso, alguns critérios que podem ser muito importantes em algumas cidades, e por isso são citados frequentemente em levantamentos de sustentabilidade, podem não ser relevantes em outras.

Além disso, qualquer lista de indicadores só pode ser útil se a coleta e o monitoramento dos dados forem viáveis e usados para rever o progresso e melhorar o planejamento e a política.

E qual então deve ser o foco: uma lista completa de indicadores ou uma lista escolhida de prioridades? E quem decide, e a que ponto, que a lista para avaliação está completa? Esse estudo concluiu que integrar o conhecimento e as opiniões dos cidadãos é tão útil quanto recorrer aos esforços de especialistas externos.

Porém, o estágio seguinte do processo – integração e adaptação – também deve ser participativo, e a adaptação dos indicadores precisa ser contínua.

E qual é a utilidade?

Embora custe algum esforço envolver uma variedade de especialistas no processo de definir os critérios de avaliação para levantar a sustentabilidade do sistema alimentar da cidade de Basileia, o resultado foi definitivamente compensador. Envolver os cidadãos no levantamento da sustentabilidade do sistema alimentar de sua cidade gera duas vantagens.



Horta comunitária, Basel, Suíça. Foto: FIBL

Uma vantagem é que, ao integrar o conhecimento amplo e diversificado e a criatividade dos especialistas locais, uma ampla gama de critérios relevantes, significativos e específicos à cidade é estabelecida. Com esse conjunto de critérios, a cidade de Basileia tem agora uma base para desenvolver uma ferramenta para conhecer a situação atual e, num próximo passo, definir critérios e diretrizes para o processo rumo a um SAUR sustentável.

A segunda vantagem é que a abordagem participativa também pode ser o ponto inicial para futuras colaborações entre os vários atores. O estudo mostrou um alto nível de cooperação e paixão entre todos que participaram dele.

Esse envolvimento pode ter promovido um sentimento maior de pertencimento para a criação de um SAUR mais sustentável para a cidade. Envolver mais pessoas pode alargar a base de apoio, facilitar a implementação de futuras medidas, e aumentar a chance de sucesso no longo prazo.

Agradecimento

Pelo apoio financeiro da Frauenförderung (Promoção das Mulheres) da Humboldt-University zu Berlin que viabilizou o estudo.

Katharina Späth

Humboldt-Universität zu Berlin

katharina.spaeth@hu-berlin.de

Heidrun Moschitz

Research Institute of Organic Agriculture, Switzerland

heidrun.moschitz@fibl.org

Heide Hoffmann

Humboldt-Universität zu Berlin



Melhorando a nutrição na África e na Ásia por meio de mudanças nas políticas

Foto: Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN).

Aang Sutrisna, Enock Musinguzi,
Eny Kurnia Sari, Greg S. Garrett,
Laura Platenkamp, Mduduzi Mbuya e Ravi Menon

A necessidade de focar na nutrição urbana

As dietas de pouca qualidade estão se tornando agora o principal fator de doenças no mundo. Portanto as cidades precisam focar mais em políticas e práticas que promovam o consumo de alimentos seguros e nutritivos.

A urbanização avança de mãos dadas com mudanças no estilo de vida, atividades econômicas e padrões de consumo, muitos deles levando a efeitos adversos.

Por exemplo, a urbanização desempenha um papel importante na “transição nutricional” – uma mudança desde dietas ricas em cereais e fibras para outras baseadas em alimentos de origem animal, açúcares e gorduras – e, como resultado, causando doenças relacionadas com a alimentação, inclusive a obesidade e outras ligadas ao consumo de comida altamente processada.

As áreas urbanas na África e na Ásia são crescentemente afetadas pelo duplo efeito da má nutrição – a desnutrição de um lado, e o sobrepeso e a obesidade de outro.

Embora esses dois problemas também existam nas áreas rurais (em menores proporções, em média), os ambientes urbanos têm características próprias, desde o volume maior de alimentos processados até o estilo de vida que induz ao sedentarismo, evidenciando que os dois ambientes demandam soluções diferentes.

“ A Tanzânia está experimentando uma rápida mudança no estilo de vida conforme sua economia avança, especialmente nas áreas urbanas. Mas os efeitos adversos associados a essas mudanças são geralmente custosos. Precisamos aproveitar a rápida urbanização na Tanzânia como uma oportunidade para melhorar a nutrição.”

Vincent Assey, diretor-gerente do Centro de Alimentação e Nutrição da Tanzânia

Tornando os sistemas alimentares urbanos mais nutritivos

Os governos locais têm um papel decisivo a desempenhar na solução desses desafios nutricionais urbanos. Os formuladores de políticas urbanas, bem como os implementadores de políticas estaduais e nacionais, estão bem situados para encontrar soluções para o mau funcionamento dos sistemas alimentares urbanos.

Suas políticas podem afetar a demanda, a disponibilidade, a viabilidade, a conveniência e a atratividade dos alimentos. Elas podem ter um impacto direto nos efeitos da nutrição: por meio de políticas de compras de alimentos por entidades públicas, por exemplo, que influenciam diretamente os alimentos e refeições servidos nas instituições administradas pela prefeitura, como escolas, hospitais, presídios etc.

“Uma cidade moderna precisa se posicionar na busca da segurança alimentar de seus residentes.”

Tri Rismaharini, prefeito de Surabaya

Novas iniciativas nutritivas urbanas na Indonésia e Tanzânia

A Aliança Global pela Melhoria da Nutrição (Global Alliance for Improved Nutrition - GAIN) foi criada pela ONU em 2002 para lidar com o sofrimento humano causado pela má-nutrição. A GAIN, com seus parceiros, tem por objetivo tornar a opção por alimentos mais saudáveis mais viável, acessível e desejada. Nós pretendemos apoiar e assessorar os governos, os negócios e entidades promotoras de desenvolvimento, conforme eles desenvolvem e mobilizam planos de alimentação e nutrição para alcançar resultados efetivos.

O propósito da GAIN é melhorar a nutrição ao promover o consumo de alimentos nutritivos e seguros para todas as pessoas, especialmente para os mais vulneráveis. A GAIN é uma fundação global com sede na Suíça, que mobiliza parcerias público-privadas e oferece apoio financeiro e técnico para levar alimentos nutritivos às pessoas mais em risco de má-nutrição.

Os programas da GAIN na África e na Ásia possibilitam melhorar as dietas por meio de produtos nutritivos, como alimentos amiláceos enriquecidos, óleo de cozinha e farinhas, e condimentos como sal e molho de soja.

Como parte de seu programa de Governança Urbana para a Nutrição, o GAIN está atualmente focando seus esforços em duas cidades. Surabaya, em Java Leste, Indonésia, e outra na Tanzânia (ainda em processo de seleção).

Ambos os países têm estratégias nacionais para abordar as questões nutricionais. Na Tanzânia, o [Plano Nacional de Ação Multissetorial para a Nutrição](#) recomenda ações capazes de abordar tanto os problemas da subnutrição crônica como os desafios emergentes da supernutrição. Na Indonésia, o [Plano Nacional de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional](#) está em andamento, e sua implementação a cargo dos governos municipais.

O GAIN, junto a outros atores do sistema alimentar, vai apoiar o governo local a operacionalizar com sucesso essas estratégias.

“ O Plano Regional de Ação para Alimentação e Nutrição” foi criado como um guia para todos os setores relacionados com a segurança alimentar, de uma ponta à outra, de modo a abordar coletivamente a soberania alimentar e a saúde para os moradores de Surabaya e arredores”.

Agus Imam Sonhaji, diretor da Agência de Surabaya para o Desenvolvimento

Conclusão

A relação que conecta a dieta e a nutrição inadequadas com o forte impacto derivado da urbanização significa que a nutrição deve ser um foco central em qualquer política alimentar urbana.

Para isso, as alianças com as várias partes interessadas, especialmente com o setor privado, são indispensáveis para melhorar a governança das questões ligadas à nutrição. Assim poderemos tornar mais saudáveis as populações – e suas cidades também.

**Aang Sutrisna, Enock Musinguzi,
Eny Kurnia Sari, Greg S. Garrett,
Laura Platenkamp, Mduduzi Mbuya e Ravi Menon**
Global Alliance for Improved Nutrition
lplatenkamp@gainhealth.org

Construindo sistemas alimentares resilientes para a segurança alimentar urbana

Exemplos da cidade de Baltimore, Maryland

Erin Biehl

Os sistemas alimentares urbanos estão em risco diante de eventos diversos, como furacões que destroem o estoque das lojas de alimentos em poucas horas, ou como as secas que inviabilizam os cultivos por anos a fio. Assim, o sistema alimentar deve ser uma parte importante da preparação para desastres e do planejamento da resiliência urbana.

Expandir a agricultura urbana é uma maneira para apoiar a resiliência. Mas garantir a segurança alimentar para uma população urbana face às possíveis interrupções, requer cuidados para além da produção. O planejamento da resiliência exige uma compreensão de como apoiar todo o sistema alimentar, desde o campo até a mesa, e garantir que os alimentos acessíveis após um desastre sejam saudáveis e acessíveis aos moradores.

A Agência para a Sustentabilidade de Baltimore e o Centro por um Futuro Vivível da Johns Hopkins University uniram-se para aumentar a resiliência do sistema alimentar da cidade.

Adotamos uma abordagem holística com ênfase especial no apoio à distribuição de alimentos e no acesso deles ao interior da cidade.

A colaboração resultou no Relatório Consultivo da Resiliência Alimentar de Baltimore (Food System Resilience Advisory Report), que elaborou estratégias para elevar a resiliência do sistema alimentar para abastecer os moradores, com o objetivo de promover a segurança alimentar urbana tanto atualmente quanto frente a futuras crises.

O Relatório Consultivo

No Relatório descrevemos a qualidade do atual sistema alimentar que abastece a cidade, levantamos os riscos decorrentes de choques e crises, analisamos a vulnerabilidade de setores e da infraestrutura alimentar, e avaliamos o nível de preparação para crises e a capacidade de adaptação das várias partes interessadas envolvidas no sistema alimentar.

Nós revisamos os riscos ambientais que ameaçam Baltimore, incluindo tempestades de neve, enxurradas, secas, ondas de calor extremo, ventos fortes e enchentes.

Nós também pesquisamos os possíveis impactos de falhas nos sistemas elétrico e informático, desordens civis, terrorismo, crises por falta de recursos, e alterações econômicas e políticas nos EUA.

O trabalho de elaboração do Relatório Consultivo baseou-se na revisão da literatura, em entrevistas com 36 atores envolvidos na comunidade alimentar de Baltimore (desde agricultores até as moradias, num levantamento dos tipos e rotas de transporte de alimentos através da cidade (usando dados das análises de frete gerados pelo Departamento de Transporte dos EUA), e no mapeamento dos riscos geográficos (como enchentes) em relação à localização dos grupos mais vulneráveis da população.

Os colaboradores desenvolveram estratégias para reduzir vulnerabilidades e apoiar a resiliência, concentrado as conclusões do Relatório em torno de três questões sobre o que podem a cidade e seus parceiros fazer para assegurar que, após uma interrupção,

1. haja alimentos disponíveis para os moradores?
2. a população tenha acesso a esses alimentos?
3. os alimentos sejam aceitáveis, seguros, nutritivos e culturalmente apropriados para os moradores?

Essas perguntas foram baseadas na Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, que a definiu nos seguintes termos: “todas as pessoas, todo o tempo, têm acessos físico, social e econômico a alimentação suficiente, segura e nutritiva que atendam às suas necessidades nutricionais”.

Para contribuir com outras municipalidades que estejam considerando esforços semelhantes, compartilho abaixo alguns exemplos de como as respostas a essas questões informaram nossas estratégias para apoiar a resiliência alimentar através da “lente” da segurança alimentar em Baltimore.



Em 2010 uma tempestade em Baltimore bloqueou temporariamente as estradas, dificultando o transporte de alimentos e o acesso às lojas de alimentação. Foto: Seth Sawyers. Flickr, CC BY 2.0.

Disponibilidade

A cadeia de abastecimento alimentar é flexível para enfrentar distúrbios, redundante o bastante para garantir rotas alternativas para os fluxos de transporte de alimentos, e capaz de se adaptar a mudanças sistêmicas de longo prazo?

Baltimore, como muitas cidades, é alimentada por uma rede diversificada de produtores, distribuidores, varejistas, organizações sem fins lucrativos e comunitárias, atuando nos níveis local e global. A complexidade dessa cadeia de abastecimento alimentar urbano cria tanto vulnerabilidades quanto potencialidades para um sistema mais resiliente.

Manter as lojas varejistas de alimentos bem sortidas apesar de interrupções na cadeia de abastecimento é um objetivo prioritário no planejamento da resiliência de Baltimore. Foto: Mike Milli, Center for a Livable Future, 2015



Por exemplo, a maior parte dos alimentos que a população come não é produzida na cidade, o que deixa os moradores mais vulneráveis a falhas na produção ou no abastecimento de alimentos vindos de outros estados ou até do exterior.

Como a própria cidade está sujeita a eventos como tempestades de neve, furacões e calor extremo, os agricultores dentro dos limites urbanos podem estar em maior risco diante desses eventos do que os produtores em outras áreas. Além disso, os produtores urbanos geralmente não são capazes de operar numa escala suficiente para abastecer a população urbana.

Para enfrentar essas questões, algumas recomendações do Relatório Consultivo focam no apoio à diversidade na produção agrícola em escala mais ampla (como a região nordeste dos EUA) e abordam a agilidade das cadeias regionais de abastecimento alimentar.

Uma vez a comida chegando à cidade, ela deve estar disponível para os moradores nas lojas, mercados, bancas em feiras e bancos de alimentos. Em Baltimore, quando entrevistamos fornecedores (comerciais e sem fins lucrativos), ficou claro que os pequenos negócios e organizações locais tendem a ter menos recursos para se planejar para crises, instalar equipamentos de emergência (como geradores e caminhões refrigerados) ou pagar para pôr no seguro instalações e estoques, comparados com negócios maiores, redes de lojas e também organizações nacionais de ajuda no caso de desastres.

Pequenas organizações tendem a depender de uma equipe comprometida e habilitada, e em voluntários que farão o que for necessário para levar comida para as pessoas numa crise. Embora esses esforços heroicos possam ir longe, recursos e planejamento melhorados podem ajudar as lojas e outras fontes de comida a permanecerem flexíveis e reabrir mais rapidamente depois dos eventos e interrupções.

O Relatório Consultivo recomenda que a cidade coordene recursos para os pequenos negócios varejistas de alimentos e organizações sem fins lucrativos, apoiando o planejamento e a infraestrutura de emergência. Por exemplo, oferecer incentivos fiscais para lojas que comprem geradores pode ajudar negócios menores que, de outro modo, perderiam seu estoque e teriam de fechar.

Acessibilidade

Podem os consumidores conseguir encontrar e comprar alimentos disponíveis após uma crise? Que barreiras para o acesso aos alimentos podem tornar as comunidades mais vulneráveis às interrupções?

O acesso a alimentos nutritivos suficientes é um desafio comum a muitas cidades, mesmo em condições normais. Os moradores de Baltimore já experimentaram altos níveis de insegurança alimentar em comparação com a média nacional, particularmente entre os afrodescendentes. Dentre os moradores, 23% enfrentam insegurança alimentar, e 23,5% vivem em locais considerados Áreas Prioritárias para Alimentação Saudável (antes conhecidas como ‘desertos alimentares’).



Lojas em esquinas como essa, com poucas opções de alimentos saudáveis, são geralmente a fonte mais conveniente de comida para muitos habitantes de Baltimore. Foto: Mike Milli, Center for a Livable Future

Essas são áreas onde muitos moradores são de baixa renda, não têm carro, vivem a mais de meio quilômetro de supermercados, e onde os alimentos disponíveis não são considerados “saudáveis” em sua maior parte.

Os moradores que enfrentam esses desafios, bem como aqueles à beira da insegurança alimentar, estão em maior risco de perder o acesso à comida após uma crise, que coloca uma barreira adicional às já existentes, como estradas bloqueadas, lojas mais próximas com estoque esgotado, e o transporte público prejudicado.

Atualmente, as iniciativas existentes em Baltimore, como incentivos fiscais para supermercados se instalarem nas Áreas Prioritárias para Alimentação Saudável, ou a coordenação das organizações sem fins lucrativos que prestam serviço de distribuição de comida, começam a abordar os desafios do acesso garantido à alimentação.

Além disso, também recomendamos que a prefeitura considere a proximidade aos pontos de acesso à distribuição de alimentos em seu redesenho da malha de trânsito da cidade.

Embora, em última análise, o impacto no acesso à alimentação possa depender do tipo de evento e qual componente do sistema alimentar foi rompido, apoiar meios de transporte mais confiáveis e diversificar os locais de acesso à comida cria condições para garantir a diversidade geral e maior redundância no sistema alimentar – condições fundamentais para aumentar a resiliência.

Outra recomendação inclui a implementação e avaliação da efetividade e viabilidade de um programa-piloto para estabelecer reservas de emergência de alimentos, água e energia.

Essas “centrais de resiliência” poderiam fornecer assistência alimentar temporária para os moradores incapazes de estocar alimentos de emergência em suas próprias casas.



Programas como o Mercado Móvel dos Produtores tornam os alimentos frescos acessíveis aos moradores de Baltimore. Foto: Mike Milli, 2017

Aceitabilidade

Mesmo quando há alimentos disponíveis e acessíveis, serão eles seguros, nutritivos e culturalmente apropriados para a população?

Em Baltimore, cerca de 23% dos adultos são obesos e 12% sofrem de diabetes. A grande prevalência de doenças relacionadas com a alimentação, combinada com uma abundância de lanchonetes e restaurantes *fast-food* nas áreas de alta prioridade para alimentação saudável, indica que as reservas de alimentos que deveriam teoricamente ser mais acessíveis após uma interrupção no fornecimento podem não ser capazes de estocar e oferecer alimentos nutricionalmente adequados.

Para garantir o acesso a alimentos saudáveis provindos de diversas origens a longo prazo, recomendamos que a cidade amplie suas atuais iniciativas para melhorar o abastecimento nos bairros mais vulneráveis.

Além disso, recomendamos que se pesquise a capacidade de organizações que prestam assistência alimentar para oferecer alimentos nutritivos adequados às necessidades das dietas especiais.

Existem poucos dados disponíveis sobre como os bancos alimentares e o comércio varejista poderiam adaptar-se a um pico na demanda por seus serviços caso as parcelas da população com necessidades especiais, como os diabéticos e os alérgicos, precisem recorrer mais a eles após eventos que tornem seus alimentos inacessíveis.

Ao reconhecer que alguns eventos, como a interrupção da energia elétrica, podem estragar os alimentos perecíveis, sugerimos também que a cidade inclua informações sobre o seu armazenamento e manejo seguros em suas comunicações aos moradores sobre preparação para emergências.

Finalmente, avaliar a aceitabilidade cultural da comida é um fator mais difícil por causa da diversidade étnica e cultural dos moradores de Baltimore, mas assegurar que haja suficientes supermercados e lojas abertas que ofereçam uma ampla variedade de opções pode garantir mais alternativas e atender às diversas necessidades e preferências.

Próximos passos

A cidade de Baltimore irá incorporar as recomendações do Relatório Consultivo na atualização de seu Plano de Preparação para Desastres em 2018, agregando mais sugestões da comunidade.

Esses exemplos oferecem apenas uma pequena amostra do que o *Relatório Consultivo sobre a Resiliência Alimentar de Baltimore* contém. Eles apresentam um caminho que os planejadores e pesquisadores podem consorciar os esforços para apoiar a segurança alimentar urbana com as iniciativas para promover a resiliência do sistema e a preparação para desastres.

A mudança climática, a urbanização e o crescimento populacional ameaçam a viabilidade de nosso sistema agrícola e os recursos alimentares disponíveis para as populações urbanas ao redor do mundo.

É urgente que os governos e pesquisadores em todos os lugares considerem a alimentação como um componente crítico da resiliência urbana, e integrá-la ao sistema de preparação para desastres e de planejamento face às desordens climáticas.

Erin Biehl

Johns Hopkins Center for a Livable Future, Baltimore

Ebiehl1@jhu.edu

Referências

- Biehl E, Buzogany S, Huang A, Chodur G. Baltimore Food System Resilience Advisory Report. Baltimore, MD; 2017.
- World Food Summit 1996, Rome Declaration on World Food Security.
- Misiaszek C, Buzogany S, Freishtat H. Baltimore City's Food Environment: 2018 Report. Baltimore, MD; 2018.
- Chandra A, Fuller C, Morris-Compton S, Rogers V, Barbot O. Healthy Baltimore 2015: An Interim Report.
- Baltimore City Health Department. Baltimore Community Health Survey 2014: Summary Results Report. Baltimore, MD; 2014.

Avaliando a capacidade e a resiliência da ‘bacia alimentar’ de Melbourne:

O projeto “Pegada Alimentar” de Melbourne

Rachel Carey
Jen Sheridan
Seona Candy
Kirsten Larsen

A cidade de Melbourne está localizada numa região agrícola altamente produtiva, com capacidade para atender aproximadamente 41% das necessidades alimentares da sua população. A “bacia alimentar” de Melbourne é um importante bloco construtivo para um sistema alimentar resiliente e sustentável numa cidade que cresce rapidamente. Este artigo apresenta algumas conclusões da iniciativa visando conhecer a “pegada alimentar” da cidade, conduzida pelos pesquisadores da Universidade de Melbourne, trabalhando em parceria com os governos municipais da região abrangida para pesquisar o significado da produção alimentar periurbana para a segurança alimentar de longo prazo e para a economia regional. Foram identificados os riscos à produção de alimentos nas periferias decorrentes da expansão urbana e os impactos da escassez de água. Uma base de evidências foi gerada, capaz de apoiar o desenvolvimento de uma visão e um roteiro para fortalecer a resiliência da bacia alimentar que abastece Melbourne.

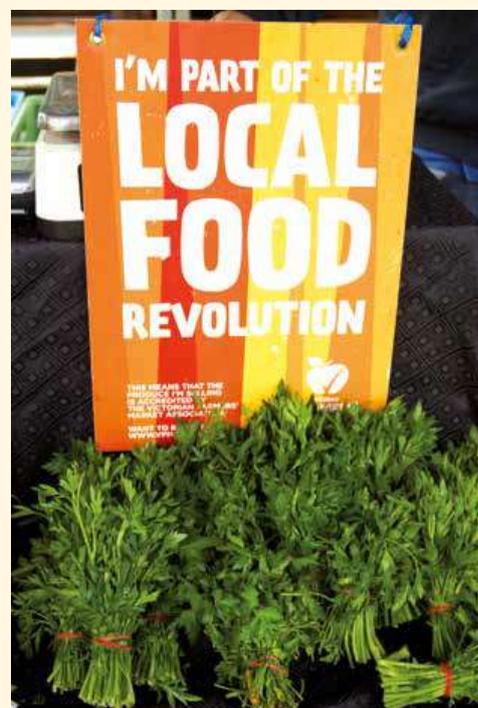
Contexto

Melbourne, cidade de 4,5 milhões de habitantes localizada no sudeste australiano, vem experimentando um rápido crescimento populacional, prevendo-se que em duas décadas será a maior cidade da Austrália. A maior parte desse crescimento acontece na periferia, área de baixa densidade populacional antes ocupada por fazendas. A cidade está numa região onde a água é escassa, e estão previstos temperaturas mais quentes e secas mais severas à medida que o clima vai mudando. Como muitas das maiores cidades australianas, Melbourne é relativamente isolada geograficamente, e os alimentos importados de outros estados precisam viajar longas distâncias.

Havia pouca informação disponível sobre a importância da produção de alimentos na periferia da cidade para atender sua demanda atual, ou sobre os riscos existentes para a produção e o abastecimento no futuro.

O levantamento da pegada alimentar de Melbourne

O projeto Pegada Alimentar de Melbourne objetivou preencher essa carência de dados, levantando: (i) quanta comida é produzida em sua periferia, e qual o seu valor econômico; (ii) qual a capacidade da região para alimentar a cidade atualmente e conforme ela cresce até 7 milhões em 2050; e (iii) quais os riscos para essa produção de alimentos colocados por fatores crônicos, especialmente a expansão urbana e a escassez de água.



*Um cartaz de boas-vindas para os clientes de um mercado de produtores orgânicos credenciados em Melbourne, Austrália.
Foto: Matthew Carey para o projeto Foodprint Melbourne.*

O projeto também visou levantar a “pegada alimentar” da cidade, calculando a área de terra e o volume de água necessários para alimentar a cidade, bem como a quantidade de resíduos agrícolas e alimentares gerados, além dos gases do efeito-estufa emitidos no processo.

Para assegurar a relevância do projeto para as várias partes interessadas, foi criado um grupo consultivo que incluiu a prefeitura da cidade e representantes dos municípios vizinhos, em associações e individualmente.

Esse grupo ajudou a formatar o desenvolvimento do projeto, interpretar o significado das informações levantadas e determinar os próximos passos, bem como fornecer dados para o levantamento realizado em 2015.

Definindo a bacia alimentar da cidade

Uma questão básica foi onde definir os limites da região periurbana produtora de alimentos que pudesse ser considerada como a “bacia alimentar de Melbourne”.

As informações recolhidas dos integrantes do grupo consultivo levaram à ampliação do conceito, diferenciando duas fases, mostradas na Figura 1: a “bacia interior”, mas também uma “bacia exterior”, que hoje é representada por uma associação participativa: o Grupo Periurbano de Conselhos Rurais.

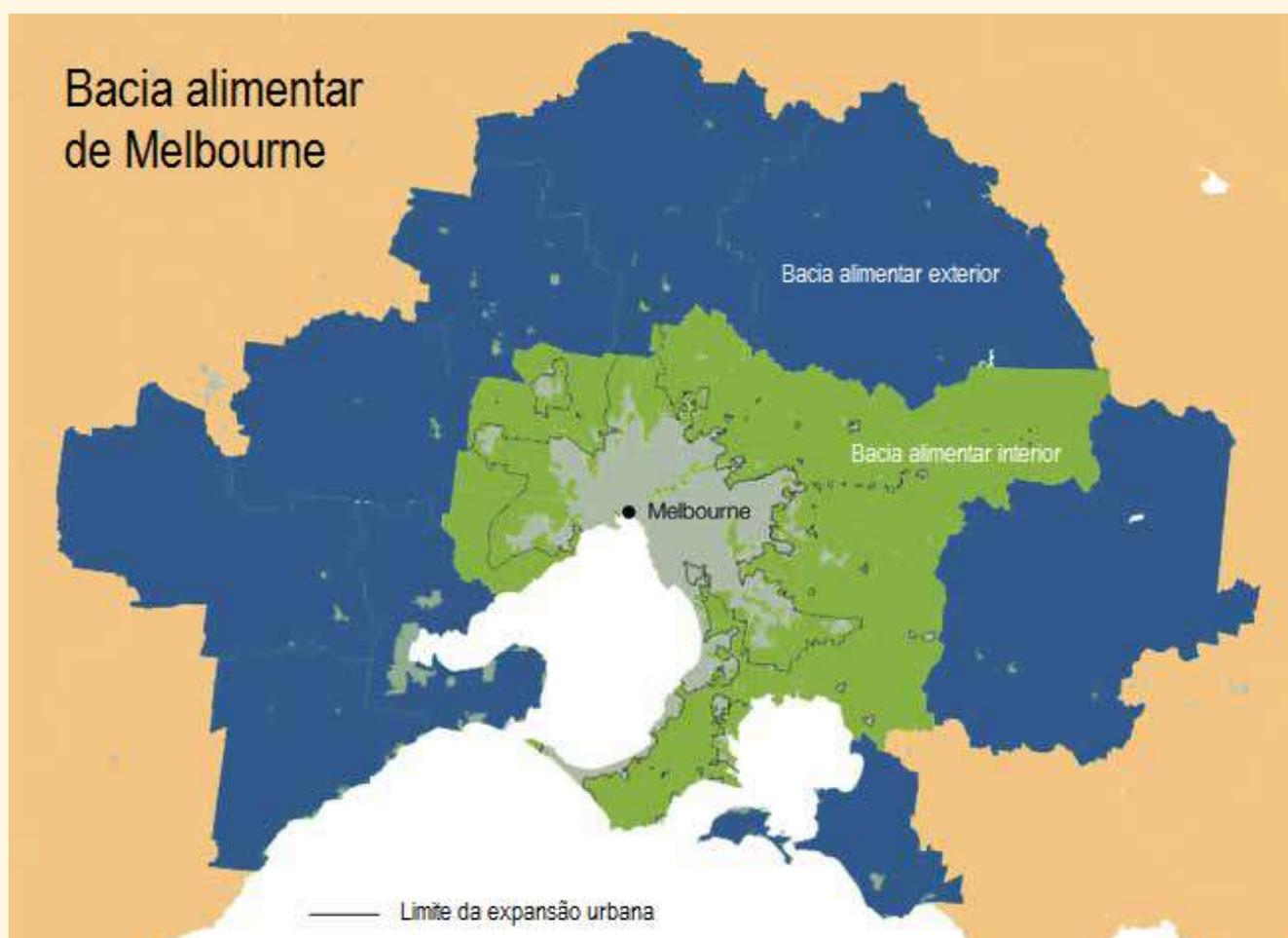


Figura 1: A bacia alimentar de Melbourne

Levantando a capacidade produtiva da bacia alimentar de Melbourne

A bacia alimentar de Melbourne pode atender cerca de 41% das necessidades alimentares da Grande Melbourne e até 82% da demanda por hortaliças.

A capacidade produtiva da bacia alimentar da cidade foi levantada usando-se os dados da Agência Australiana de Estatísticas sobre o volume de alimentos produzidos na região. A capacidade para alimentar a área metropolitana da Grande Melbourne foi calculada por meio de um complexo processo de pesquisa que reuniu dados de várias fontes, inclusive o levantamento nacional da segurança alimentar na Austrália, conduzido no âmbito de projeto anterior com base no “[Quadro Australiano de Estoques e Fluxos de Alimentos](#)”.

Embora o levantamento também tenha objetivado estabelecer a parcela dos alimentos produzidos na bacia da cidade que são de fato consumido na cidade (ou a sua dependência efetiva com relação à região periurbana), verificou-se a falta de dados sobre a exportação de alimentos produzidos na região e vendidos para outros estados australianos. A Austrália coleta dados acurados sobre as exportações de alimentos para outros países, mas são limitadas as informações disponíveis sobre o movimento de fretes de alimentos no interior do país. A equipe não foi capaz de estabelecer o quanto dos alimentos produzidos na periferia de Melbourne são consumidos na cidade. A estimativa de que a bacia alimentar pode alimentar 41% da demanda da cidade sugere que cerca de 60% da comida consumida em Melbourne vem de fora da região periférica da cidade.

De acordo com o levantamento, a região periurbana pode atender até cerca de 82% da demanda de hortaliças, 13% das frutas, 39% do leite e laticínios, 63% da carne vermelha e 100% da carne de frango e ovos.

Levantando o valor econômico

A bacia alimentar de Melbourne contribui com cerca de AUD 2,45 bilhões por ano para a economia da região e gera aproximadamente 21 mil empregos.

Os envolvidos no grupo consultativo do projeto enfatizou que os dados sobre o valor econômico da produção na bacia alimentar de Melbourne são essenciais para promover iniciativas e investimentos produtivos na região. A equipe encarregou a empresa Deloitte Access Economics para realizar uma [análise econômica do valor da bacia alimentar de Melbourne](#), que concluiu que a agricultura e o setor processador de alimentos da região contribuem com aproximadamente AUD 2,45 bilhões por ano e cerca de 21 mil empregos (de tempo integral). A horticultura comercial é o principal contribuinte para esse total (cerca de AUD 400 milhões) e o segundo maior contribuinte quanto aos empregos gerados (aproximadamente 2 mil).

Levantando o impacto dos estresses crônicos

Se Melbourne continuar crescendo como tem acontecido, a capacidade de sua bacia alimentar para abastecer a cidade irá cair para cerca de 18% quando a população chegar a 7 milhões.

O projeto também objetivou levantar o impacto dos estresses crônicos que influem na produtividade da bacia alimentar, particularmente a expansão urbana e a escassez hídrica. A equipe usou o Quadro Australiano de Estoques e Fluxos para modelar o impacto provável da perda de áreas agrícolas na produção de alimentos.

Um cenário estimou a perda na capacidade de produção com uma população de 7 milhões se o crescimento continuar apresentando as mesmas taxas históricas de adensamento urbano: a capacidade da bacia alimentar para atender às necessidades da população deverá cair entre 41% e 18%, devido à perda de áreas produtivas e ao aumento populacional.

A equipe também encomendou da Deloitte Access Economics o levantamento do impacto econômico provável de cenários de crescimento urbano com maior adensamento populacional nas áreas já urbanizadas, no interior da cidade, e menor aumento da população nas áreas periurbanas.

Verificou-se então que, com a população reunindo 7 milhões de pessoas com taxas de densidade urbana significativamente maiores no interior da cidade, a bacia alimentar de Melbourne provavelmente perderia capacidade de produção valendo entre AUD 32 e AUD 111 milhões por ano. Uma conclusão importante foi que todos os cenários modelados (incluindo as taxas previstas de adensamento urbano) levariam à perda de capacidade produtiva da bacia alimentar da cidade. A questão não é se as áreas agrícolas serão perdidas para acomodar o crescimento; mas quanto se perderá e quais serão as consequências.

A equipe também investigou o impacto do estresse hídrico na bacia alimentar de Melbourne. A modelagem usando-se o Quadro Australiano de Estoques e Fluxos mostrou que mais de 475 litros de água são necessários por pessoa por dia para produzir alimentos a cidade (sem incluir a produção irrigada pela chuva, que não entra na avaliação nacional do uso de recursos hídricos). O impacto econômico do estresse hídrico sobre a produção de alimentos na região ficou evidente durante a “seca do milênio” que ocorreu na Austrália entre 1997 e 2009, que causou a perda de 35.000 postos de trabalho (1998-2002) nas indústrias alimentícias de Vitória, e levou os preços a dispararem. O preço médio das hortaliças frescas na Austrália subiu 33% (2005-2007), e o das frutas frescas 43% no mesmo período. A equipe também se baseou nas estimativas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática relativas aos prováveis impactos de eventos extremos no sul da Austrália, incluindo o aumento geral da temperatura local e das secas na região.

A equipe levantou o potencial da água reciclada nas estações de tratamento de Melbourne para aumentar a resiliência da bacia alimentar frente à escassez hídrica. A água reciclada nas duas maiores estações de tratamento da cidade é atualmente utilizada pelos agricultores na bacia para produzir alimentos (principalmente hortaliças), mas apenas uma parcela relativamente pequena dessa água disponível é aproveitada, por causa da falta de infraestrutura para armazená-la e torná-la disponível aos produtores nos momentos certos.

Os dados da empresa de abastecimento de água da cidade mostram que apenas 6% da água tratada disponível é usada para produzir alimentos na região; e 84% dela chega até o oceano sem qualquer aproveitamento. Usando o Quadro Australiano de Estoques e Fluxos, a equipe estimou o potencial da água tratada não usada para a produção de alimentos na bacia e concluiu que apenas 20% dela seria suficiente para produzir as hortaliças consumidas na cidade.

Projetando participativamente uma visão e um roteiro

Um sistema alimentar resiliente deve ter capacidade permanente para fornecer alimentação suficiente, saudável, e acessível a todos, mesmo diante de fatores de estresse crônico e também de crises e choques súbitos, inclusive circunstâncias imprevisíveis.

As conclusões do levantamento basearam o desenvolvimento de uma visão para uma bacia alimentar resiliente para Melbourne, e um roteiro de estratégias para chegar até ela.

A equipe criou uma representação visual (ver Figura 2) para comunicar os aspectos básicos, como as áreas à prova de seca para uso agrícola perto das estações de tratamento d'água da cidade.

A equipe está adotando uma abordagem participativa para trabalhar com as várias partes interessadas no desenvolvimento dessa visão e seu roteiro. Seus integrantes continuam trabalhando de perto com agentes do governo local e vêm alargando o envolvimento para incluir produtores, planejadores urbanos, especialistas em recursos hídricos e outros envolvidos no sistema alimentar de toda a região numa série de entrevistas e oficinas de planejamento participativo.

Um objetivo básico é envolver igualmente representantes dos grupos mais afetados pelas políticas que influenciam a resiliência da bacia alimentar da cidade.

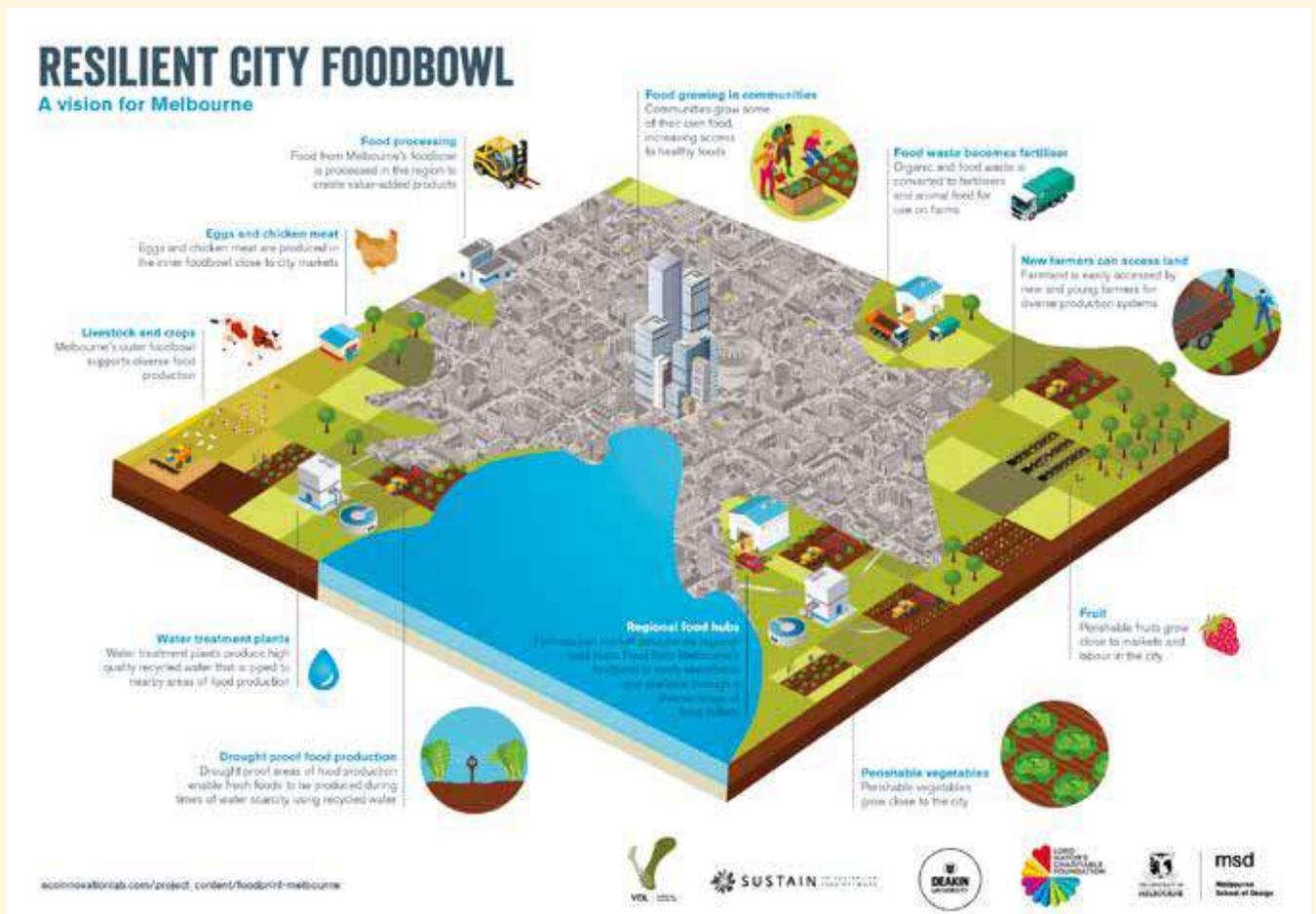


Figura 2: Visão para uma bacia alimentar resiliente em Melbourne

Influenciando a política

A equipe e seus parceiros do governo local continuam a advogar por políticas estaduais que apoiem a resiliência da bacia alimentar, tais como medidas mais efetivas para proteger as áreas produtivas e aumentar os investimentos em infraestrutura para levar água reciclada para os agricultores.

A última versão do plano estratégico para a área metropolitana da cidade, o Plano Melbourne 2017-2050, inclui objetivos para proteger as terras agrícolas e reconhece, pela primeira vez, que a segurança alimentar da cidade está relacionada com a produção de alimentos em sua periferia.

Porém o Plano não inclui novas medidas para proteger essas áreas efetivamente, e a legislação existente, como a lei Limites do Crescimento Urbano e Fronteiras Verdes (Urban Growth Boundary and Green Wedges), falha na contenção efetiva da expansão urbana.

Os limites previstos pelo Urban Growth Boundary original, introduzido em 2002 para serem “permanentes”, já foram expandidos várias vezes desde então, com base em previsões populacionais sempre crescentes e no atendimento das necessidades habitacionais.

Os governos locais precisarão desempenhar um papel mais ativo para aumentar a resiliência de suas bacias alimentares e advogar políticas governamentais estaduais mais rigorosas.

Os governos municipais na área metropolitana de Melbourne estão usando as evidências reunidas pelo projeto Pegada Alimentar de Melbourne para orientar seus planos de agricultura periurbana e as políticas alimentares, bem como influir nas decisões de investimentos estaduais e federais para desenvolver a infraestrutura de distribuição da água tratada.

Construindo potencial político e social para agir

Uma lição ensinada pelo projeto Pegada Alimentar de Melbourne é a necessidade de promover a consciência pública sobre a importância da produção alimentar periurbana, de modo a criar o apoio social e político que permita ao governo agir para fortalecer a resiliência produtiva das periferias.

Uma estratégia de comunicação foi então desenvolvida, e as conclusões foram divulgadas na forma de boletins, infográficos e relatórios, focando na disseminação de mensagens básicas por meio das mídias virtuais e redes sociais. As conclusões têm sido divulgadas em etapas, ao longo do projeto, para permitir o debate público sobre as várias questões e evitar mensagens mais complexas.

Elas já foram assunto de cerca de 50 artigos na mídia até agora, com mais de 95.000 pontos de envolvimento (inclusive compartilhamentos em redes sociais, comentários, acessos e *downloads*).

A equipe lançou recentemente um conjunto de recursos para as escolas secundárias, com base nas conclusões do projeto, para capacitar os estudantes a pesquisarem sobre a produção de alimentos na bacia alimentar de Melbourne e o seu significado para a segurança alimentar da cidade.

Conclusões

As pressões que afetam a bacia alimentar de Melbourne repetem-se nas principais capitais estaduais da Austrália e noutras cidades de várias regiões do mundo. Este estudo do caso de Melbourne destaca a necessidade de compreender os impactos potenciais do desenvolvimento urbano e da crescente escassez de água na capacidade das áreas periurbanas para produzir alimentos.

Ele também aponta o potencial da produção periurbana para aumentar a resiliência dos sistemas alimentares urbano-regionais, quando se aproveitam os fluxos urbanos de resíduos valiosos, como as águas servidas e os resíduos orgânicos para a produção de alimentos.

Levantamentos como o realizado em Melbourne criam bases de dados fundamentais para orientar ações efetivas.

Agradecimentos

O Projeto Pegada Alimentar de Melbourne é financiado pela Lord Mayor’s Charitable Foundation, uma das maiores fundações comunitárias da Austrália, como parte de seu programa para promover sistemas alimentares sustentáveis.

Maiores informações

<http://research.unimelb.edu.au/foodprint-melbourne>

Rachel Carey, Jen Sheridan,
Seona Candy e Kirsten Larsen
Universidade de Melbourne
rachel.carey@unimelb.edu.au

Referências

- Carey, R., Larsen, K., Sheridan, J. and Candy, S. (2016) Melbourne's Food Future: planning a resilient city foodbowl. Melbourne: Victorian Eco-Innovation Lab.
- Sheridan, J., Carey, R. and Candy, S. (2016) Melbourne's foodprint: What does it take to feed a city? Melbourne: Victorian Eco-Innovation Lab.
- Deloitte Access Economics (2016) The economic contribution of Melbourne's foodbowl: A report for the Foodprint Melbourne project, University of Melbourne. Melbourne: Deloitte Access Economics.
- Turner, G.M., Hoffman, R., McInnis, B.C., Poldy, F., Foran, B. (2011) A tool for strategic biophysical assessment of a national economy – The Australian stocks and flows framework. *Environ. Model. Softw.* 26, 1134–1149. <https://doi.org/10.1016/j.envsoft.2011.03.007>
- Turner, G.M., Larsen, K., Candy, S., Ogilvy, S., Ananthapavan, J., Moodie, M., James, S.W., Friel, S., Ryan, C.J., Lawrence, M.A. (2017) Squandering Australia's Food Security – the Environmental and Economic Costs of our Unhealthy Diet and the Policy Path We're On, *Journal of Cleaner Production*. Available online 9 July 2017.

Avaliando o impacto da mudança climática e dos eventos climáticos extremos sobre o sistema alimentar de Toronto

Ronald Macfarlane, Taryn Ridsdale e Barbara Emanuel,
Kim Zeuli e Austin Nijhuis e
David Macleod

Espera-se que a mudança climática faça aumentar a frequência e a gravidade dos eventos climáticos extremos em Toronto, o que pode colocar um risco significativo para o processamento e a distribuição de alimentos e o acesso a eles. Toronto comprometeu-se a aumentar a resiliência da cidade à mudança climática e, como parte de sua Estratégia para a Mudança Climática e a Saúde (Climate Change and Health Strategy), em 2017 o Serviço de Saúde Pública local começou a envolver as partes interessadas ao longo de toda o sistema alimentar para levantar o impacto dessa mudança sobre o abastecimento de comida à população, inclusive sobre suas parcelas mais vulneráveis. As conclusões dessa análise de alto nível vão ajudar a aumentar a resiliência do sistema alimentar de Toronto para assegurar o acesso adequado e equânime de todos à alimentação.

Por que levantar o impacto da mudança climática no sistema alimentar?

Eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais e tempestades de gelo, já causaram enormes danos em Toronto, e é esperado que se tornem mais frequentes e severas por causa da mudança climática. Conforme as cidades se preparam para esse quadro, os sistemas alimentares correm o risco de serem negligenciados. Porém as disrupções causadas pelas catástrofes climáticas em infraestruturas críticas têm potencial para impactar significativamente a alimentação, especialmente para as pessoas com recursos mais limitados ou morando em bairros onde é mais difícil acessar as lojas varejistas de alimentos.

Um sistema alimentar resiliente deve, num prazo relativamente curto, ter capacidade para fornecer a todos os moradores o acesso adequado e equânime a alimentos dentro de uma distância percorrível a pé, mesmo após um evento climático extremo.

Focando o levantamento

O sistema alimentar de uma cidade – o cultivo, o processamento e o transporte de alimentos do local de produção até onde eles são consumidos – é incrivelmente complexo. A distribuição de alimentos em particular envolve numerosos negócios e vários roteiros para levá-los desde os locais onde são produzidos ou processados até o comércio varejista, restaurantes e agências comunitárias.

Analisar todos os pontos de produção e o fluxo de todos os produtos alimentícios consumidos e desperdiçados em Toronto exigiria uma pesquisa muito abrangente, especialmente porque a maior parte da comida consumida na cidade é produzida fora da sua região.

Para começar, a Agência de Saúde Pública de Toronto encarregou um estudo com oito meses de prazo e criou a Iniciativa por uma Área Central Competitiva (Initiative for a Competitive Inner City – ICIC) para realizar um levantamento de alto nível focado na identificação dos riscos mais significativos e urgentes ao sistema alimentar da cidade trazidos pela mudança climática.

A abordagem para o levantamento do sistema alimentar

Com base em informações históricas e projeções para o futuro, três tipos de eventos climáticos extremos – chuvas torrenciais e enchentes; ondas de calor causticante; e tempestades de neve e gelo – foram selecionados para essa análise por terem maior probabilidade de ocorrer com mais intensidade e frequência a curto prazo em Toronto.



*Enxurrada na rua Dufferin, Toronto.
Foto: Eastmain [CC BY-SA 3.0]*

Esses três tipos de eventos climáticos extremos já causaram danos significativos na cidade e podem certamente causar desastres generalizados no futuro.

Focando nos eventos mais prováveis, o estudo utilizou três ferramentas complementares que analisam um variado conjunto de dados e envolveu 49 atores ao longo de todo o sistema alimentar para identificar os riscos mais urgentes ao sistema alimentar de Toronto:

1. *Diretrizes para Levantamento da Vulnerabilidade e Adaptação à Mudança Climática e a Doenças da cidade de Ontário (Ontario Climate Change and Health Vulnerability and Adaptation – V&A) Assessment Guidelines)*

O Ministério da Saúde e Cuidados de Longo Prazo de Ontário desenvolveu as [Diretrizes para Levantamento da V&A](#) local em 2016 para fornecer às unidades de saúde pública de Ontário um conjunto de recursos práticos para entenderem os riscos atuais e futuros à saúde pública ligados à mudança climática, e para identificar e desenvolver políticas e programas visando aumentar a resiliência diante desses riscos.

Para esse estudo, a análise focou nos efeitos na saúde pública relacionados com o sistema alimentar, inclusive as implicações na segurança alimentar e os impactos na saúde pública resultantes de crises no abastecimento de comida e água.

2. *Ferramenta para Levantamento de Alto Nível dos Riscos na cidade de Toronto (High-Level Risk Assessment – HLRA)*

Toronto desenvolveu a ferramenta HLRA para ajudar a implementar sua Política de Gestão de Riscos causados pela mudança climática, que foi projetada para avaliar a resiliência da infraestrutura da cidade diante de eventos climáticos extremos.

Para esse estudo, a ferramenta HLRA foi usada em uma oficina facilitada que reunindo atores dos vários segmentos do sistema alimentar de Toronto.

O grupo incluiu representantes das agências governamentais municipais e estaduais, processadores, distribuidores e varejistas de alimentos, e ativistas de organizações e associações sem fins lucrativos.

“O **furacão Hazel** foi a “tempestade perfeita” ocorrida em Toronto (Toronto Star, em 15/10/2016). Nesse dia, o furacão despejou na cidade 121.4 mm de chuva num único dia, seguidos por mais 200 mm nas 48 horas seguintes. O vento chegou a 124 km/hora. O Hazel deixou cerca de 4 mil pessoas desabrigadas em Ontário, e 1.868 em Toronto. No total, 81 pessoas morreram e danos significativos ocorreram nas estradas e pontes da região.

“A **enchente de julho de 2013** em Toronto foi considerada o desastre natural mais custoso” (Toronto Star, 14/agosto/2013). Naquele dia, uma forte tempestade despejou 126 mm de chuva em 24 horas, provocando uma enchente generalizada na cidade. Essa foi a maior chuva que Toronto já enfrentou em um único dia; mais de 90 mm precipitaram-se em apenas duas horas.

Com base em seu profundo conhecimento, as partes envolvidas identificaram sistematicamente as vulnerabilidades frente à mudança climática, determinando os impactos de três cenários climáticos extremos sobre sete componentes do sistema alimentar da cidade (p.ex., a distribuição de alimentos), bem como os seus impactos potenciais em cinco sistemas de apoio (p.ex., eletricidade). Para cada componente do sistema alimentar, foi solicitado às partes interessadas que usassem o sistema de avaliação do HLRA para levantar as consequências do evento climático (desde o insignificante até o catastrófico) e a probabilidade dessas consequências ocorrerem.

Componentes do sistema alimentar analisados em Toronto

Levantamento de alto nível dos riscos

Produção local e regional de alimentos

Processamento de alimentos

Distribuição de alimentos

Comércio varejista de alimentos

Restaurantes

Rede de assistência alimentar (p.ex., bancos de alimentos)

Estocagem doméstica e preparo de alimentos

Infraestrutura de apoio ao sistema alimentar

Serviço de transporte público

Rede viária

Sistema de geração e distribuição de eletricidade

Telecomunicações

Transporte, estocagem e distribuição de combustíveis

3. *Quadro para analisar a resiliência do sistema alimentar urbano preparado pela Initiative for a Competitive Inner City*

Esse quadro ajuda as cidades a analisarem a resiliência de seus sistemas alimentares frente a vários tipos de desastres, e identifica as áreas críticas mais vulneráveis. Ele foca no processamento e distribuição dos alimentos e o acesso a eles, e analisa as vulnerabilidades no nível de cada bairro para identificar as áreas na cidade onde o abastecimento pode ser desproporcionalmente impactado.

Esse detalhe é importante em cidades como Toronto, onde interrupções no sistema alimentar afetando a distribuição podem variar significativamente conforme os bairros.

Aplicando os resultados

Com base na ampla gama de informações coletadas, uma revisão das ações desenvolvidas em outras oito cidades ao redor do mundo (Barcelona, Calgary, Londres, Montreal, Nova York, Oslo, Ottawa e Vancouver), e nas discussões em andamento, um relatório está sendo elaborado apresentando os resultados, conclusões e potenciais recomendações para as partes interessadas dos setores público (governo), privado (negócios) e sem fins lucrativos (organizações comunitárias etc.) envolvidas no sistema alimentar de Toronto.

As novas evidências coletadas confirmam as verificadas em outras cidades, e sugerem que as vulnerabilidades críticas para Toronto incluem a maior interdependência na rede de infraestrutura para o abastecimento alimentar e seu acesso (sistema viário, rede elétrica etc.), e que certas populações (por exemplo, as de menor renda) podem ser impactadas de modo desproporcional pelas disrupções nessa infraestrutura. O relatório vai identificar as ações que podem ser tomadas nos níveis federal, estadual e municipal para enfrentar esses riscos.

Quando estiver concluído, a Agência de Saúde Pública de Toronto irá compartilhar as conclusões e os próximos passos num relatório que será disponibilizado para o público e num artigo que dará continuidade a esta publicação.

Conclusão

Fortalecer a resiliência do sistema alimentar exige liderança nos setores público e privado. Nosso levantamento de alto nível do sistema alimentar de Toronto mostra que compreender onde estão as maiores vulnerabilidades é um primeiro passo, manejável e benéfico, para as cidades.

Porém, para ser significativo, o levantamento precisa envolver um amplo conjunto de interessados e envolvidos dos setores público, privado e sem fins lucrativos.

Ronald Macfarlane, Taryn Ridsdale e Barbara Emanuel
Toronto Public Health
Taryn.Ridsdale@toronto.ca

Kim Zeuli e Austin Nijhuis
Initiative for a Competitive Inner City

David Macleod
Environment and Energy Division, Toronto



A inclusão da alimentação na estratégia para aumentar a resiliência de Quito

David Jácome Polit

Em outubro de 2017, o Distrito Metropolitano de Quito (DMQ), juntamente com a iniciativa “100 Cidades Resilientes” da Fundação Rockefeller, publicou sua Estratégia para a Resiliência da cidade. O DMQ expõe uma ampla lista de desafios de vulnerabilidade e de riscos naturais – inclusive eventos sísmicos, erupções vulcânicas, enchentes e tempestades de granizo, incêndios florestais, degradação ambiental e crises econômicas, abordando-os considerando cinco aspectos básicos:

1. Promover a inclusão e o empoderamento dos cidadãos, fortalecendo suas capacidades participativas e o controle de organizações não governamentais e comunitárias;
2. Garantir um ambiente robusto e sustentável que proteja os recursos naturais e promova uma melhor gestão ambiental;
3. Controlar a expansão urbana visando a uma cidade integrada e compacta, e promover sistemas de mobilidade eficientes;
4. Estimular uma economia sólida e rica em recursos que ofereça emprego para os jovens e onde a economia alimentar seja fator numa estratégia para o desenvolvimento; e
5. Construir um território seguro e monitorado, que mitigue as vulnerabilidades e os riscos atuais e futuros, e prepare a cidade para lidar com ameaças imprevistas.

Como parte do quarto aspecto, e sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Produtivo e da Competitividade, o DMQ propõe a elaboração de um plano que fortaleça o sistema alimentar de Quito.

O sistema alimentar de Quito é caracterizado por vulnerabilidades específicas, incluindo uma alta dependências (mais de 85%) de alimentos importados de fora da região, sistemas insuficientes de distribuição de alimentos, e o isolamento de muitas comunidades distantes.

Com base na análise das vulnerabilidades, um plano de ação será desenvolvido para melhorar a disponibilidade de alimentos seguros, diversificados e nutritivos, e o acesso a eles para toda a população.

O plano de ação também fará aumentar a capacidade, a educação e a consciência dos consumidores com relação a uma dieta mais saudável e nutritiva.

As ações adicionais na Estratégia incluem:

- Fortalecer o programa de agricultura urbana de Quito em termos do melhoramento da qualidade e da quantidade de alimentos produzidos localmente e da promoção de mecanismos de comercialização mais diversificados.
- Implementar um programa para desenvolver a agricultura sustentável nas áreas periurbanas e rurais. Práticas sustentáveis com baixa emissão de gases-estufa serão promovidas, bem como condições de trabalho mais dignas.

Em 2017, um levantamento da resiliência a desastres do sistema alimentar de Quito foi realizado, com um foco nos estoques de emergência e na continuidade da distribuição de comida em situações de emergência. O risco de interrupções – devido a erupções vulcânicas, eventos sísmicos ou outros eventos naturais amplificados pela mudança climática – é alto, considerando-se a elevada dependência com relação a alimentos importados de outras regiões do país ou de outras nações, a insuficiência da infraestrutura rodoviária envolvida na sua distribuição, e a carência de mercados distribuidores, hoje reduzida a um único mercado central na cidade.

Como muitas famílias de baixa renda em Quito vivem em moradias e áreas vulneráveis, no caso de um desastre muitas delas ficariam desabrigadas e incapazes de acessar os alimentos estocados em casa, ou cultivados em hortas domésticas, inclusive impossibilitadas de usarem suas cozinhas para preparar refeições. Essa situação seria ainda mais grave em muitas comunidades isoladas, sem acesso fácil a lojas e mercados de alimentos nas proximidades.

Em 2018 o DMQ avançou na compreensão dos esquemas de preparação para emergências adotados em moradias, nos negócios e no governo. Com base nos novos levantamentos, o DMQ irá definir os novos passos para estimular ou implementar práticas de estocagem de alimentos nos níveis doméstico, de vizinhança, dos negócios e municipal.

Além disso, o DMQ pretende elaborar estratégias de transporte para garantir que, na ocorrência de uma emergência, a comida possa ser transportada dos locais de armazenamento até as famílias residentes, especialmente aquelas com capacidade reduzida de estocar alimentos por si mesmas.

David Jácome Polit

Diretor de Resiliência do Distrito Metropolitano de Quito – DMQ
Equador

quitoresiliente@gmail.org

Vulnerabilidade e resiliência do sistema alimentar de Colombo frente aos eventos climáticos extremos

C. Semasinghe
J. Benders
V. Vairavamoorthy
S. Fernando
P. Drechsel

Colombo, a capital comercial do Sri Lanka, é a área mais urbanizada do país. Sua população supera meio milhão de habitantes, e um número igual de pessoas vem à cidade diariamente para trabalhar, estudar etc. A maior parte da área é usada com propósito comercial ou habitacional, e a atividade agrícola é negligenciável em todo o município de Colombo. A quantidade de comida produzida na região é mínima, e a maior parte vem de outras partes do país, após passar por uma cadeia de complexa que envolve muitos atores. Além disso, o fato de os dois mercados atacadistas do Sri Lanka – o Manning, para produtos como hortaliças e frutas, e o Peliyagoda, para peixes – situarem-se dentro da cidade, torna-a um polo que abastece de alimentos outras várias partes do país. Assim, quando a cadeia de abastecimento para Colombo é afetada negativamente, todo o sistema alimentar do país pode ser interrompido.

Quando o Sri Lanka foi atingido em 2016 por um **forte ciclone**, e muitos bairros e subúrbios de Colombo – além de áreas mais distantes produtoras de comida – foram inundados, o Instituto Internacional de Gestão da Água (International Water Management Institute – IWMI) encomendou um estudo, ainda durante o período da crise, para investigar a vulnerabilidade e a resiliência do sistema alimentar urbano a esse tipo de evento cada vez mais frequente.

Os impactos nos canais de distribuição e comercialização de alimentos e a sua recuperação foram analisados por meio de visitas aos principais mercados com maior influência no sistema alimentar de Colombo, e com entrevistas com motoristas de caminhões, agentes públicos, compradores, vendedores, atacadistas e importadores. Além disso, gerentes de lojas e de centros de distribuição de grandes cadeias de supermercados foram entrevistados para analisar o quanto sua logística de fornecimento foi afetada, bem como as suas estratégias para lidar com as interrupções. As entrevistas foram realizadas após uma semana, após um mês e dois meses depois das enchentes que deslocaram meio milhão de pessoas em todo o país. Além do impacto na produção e no comércio, outras razões para a redução no fornecimento de alimentos também foram analisadas (quebras na produção, interrupções no transporte etc.).

Embora o abastecimento de arroz (de cultivo inundado) – o alimento amiláceo mais importante no país – permanecesse constante durante a época da crise, graças à capacidade de armazenamento da cidade, as chuvas pesadas levaram à escassez de hortaliças. Alimentos como cenoura, alho-porró, feijão e repolho também foram muito afetados pelas chuvas e rodovias interrompidas pelas enchentes, e os seus preços subiram quatro vezes mais do que os cobrados na mesma época nos anos anteriores.

As hortaliças folhosas foram particularmente afetadas por que sua principal fonte de fornecimento para Colombo são as áreas periurbanas, que foram geralmente inundadas.

A disponibilidade de peixes também foi prejudicada: uma queda de 75% na oferta logo após as inundações, por que os pescadores foram alertados a não saírem para pescar durante as tempestades.

A oferta e os preços de cebola, alho, *dhal* e batata, porém, permaneceram inalterados, pois a maior parte é importada e o porto e o mercado atacadista para importados estão localizados em Colombo.

Embora as maiores cadeias de supermercado (Keells, Cargills e Arpico) também tenham experimentado queda no estoque e preços mais altos para hortaliças e peixes, elas têm cadeias de suprimento mais flexíveis e mais alternativas de fornecedores, e se recuperaram após duas ou três semanas. Em contraste, a principal cadeia de abastecimento autônomo, que atende grande parcela da população (principalmente as camadas de renda média e baixa), precisou de até dois meses para recuperar o estoque dos produtos mais afetados. Algumas empresas processadoras de alimentos (p.ex. bebidas alcoólicas ou não) que foram inundadas precisaram de até 3 meses para voltarem a produzir no nível anterior ao ciclone.

Esse estudo mostra que o fornecimento de alguns produtos mais populares (peixes, hortaliças) provou ser muito vulnerável a desastres climáticos, por que não há infraestrutura ou mecanismos estabelecidos para lidar com as possíveis falhas no abastecimento.

Peixes secos, feijões e outros alimentos importados podem preencher essa lacuna até certo ponto, e respeitando os limites da aceitação cultural. Atores importantes no abastecimento das pequenas lojas de alimentação para os pobres são os setores mais vulneráveis a esses eventos climáticos extremos por causa de sua menor capacidade de adaptação.

A falta de incentivos econômicos e a baixa disposição para promover os interesses dos mais afetados, somadas ao fato de as enchentes serem periódicas mas impossíveis de serem previstas, têm limitado até hoje os investimentos de recursos públicos e os esforços para mitigar os desafios dos eventos climáticos extremos.

Porém, conforme a mudança climática prossegue e os eventos climáticos extremos tornam-se mais frequentes, investimentos em cadeias curtas de abastecimento (agricultura urbana e periurbana), no armazenamento e na diversificação do sistema, serão necessários para aumentar a resiliência do sistema alimentar de Colombo frente aos possíveis desastres, contribuindo assim para alcançar o segundo objetivo do desenvolvimento sustentável: a eliminação da fome no país.

**C. Semasinghe, J. Benders,
V. Vairavamoorthy, S. Fernando e P. Drechsel**
International Water Management Institute,
Colombo, Sri Lanka
p.drechsel@cgiar.org

Nota

Este texto foi apresentado originalmente na conferência internacional “Cadeias Agrícolas e Desenvolvimento Sustentável: Ligando as Dinâmicas Locais e Globais”, em Montpellier, França, de 12 a 14 de dezembro de 2016.

A resiliência do abastecimento alimentar urbano na África Ocidental

Pay Drechsel
Hanna Karg
Richard Kofi Appoh
Edmund K. Akoto-Danso

No contexto da realização do maior levantamento do fornecimento alimentar urbano e das bacias alimentares que produzem alimentos específicos na África Ocidental, questionou-se como os sistemas alimentares urbano-regionais – SAUR (city region food systems – CRFS) respondem aos desastres naturais como secas ou inundações que podem afetar severamente o abastecimento e a resiliência da alimentação urbana.

O estudo, que foi cofinanciado pelo governo alemão, por meio do projeto [GlobE – UrbanFoodPlus](#) e pelo [Programa de Pesquisa da Água, Terra e Ecossistemas do CGIAR](#), focou em quatro cidades, Accra, Kumasi, Tamale (todas em Gana) e Ouagadougou (em Burkina Faso), analisando do sul para o norte, através de várias zonas agroecológicas – desde as áreas mais úmidas até as semiáridas.

O projeto consistiu de duas partes: (1) uma análise quantitativa detalhada e multi-sazonal dos fluxos rural-urbanos de produtos específicos para determinar as bacias alimentares que abastecem Ouagadougou e Tamale, e (2) um estudo semi-quantitativo de produtos específicos sobre as experiências e medidas adotadas por comerciantes de alimentos em reação a crises de abastecimento que afetam cada uma dessas quatro cidades.

O estudo do fluxo de alimentos foi realizado durante dois anos, cobrindo as estações de maior ou menor produção, abrangendo mais de 30 produtos alimentares. Os fluxos foram levantados por meio da pesquisa dos veículos em todas as principais rodovias de acesso às cidades, bem como de pesquisas de mercados e visualização via Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Alguns resultados foram apresentados na [Revista de Agricultura Urbana nº. 29](#) e em [Karg et al. \(2016\)](#).

Para o estudo da resiliência do abastecimento alimentar urbano, 90 comerciantes de 25 mercados atacadistas e varejistas nas quatro cidades estudadas foram entrevistados sobre as crises ocorridas entre 2007 e 2014, abordando os principais produtos – inhame, mandioca, banana, milheto, milho, arroz, quiabo, cebola e berinjela – e os mecanismos que eles adotam quando os produtos escasseiam.

Os resultados indicaram que as bacias alimentares eram muito específicas para certos produtos, com certas áreas limitadas a safras fortemente dependentes das variações sazonais.

Os desafios mais comuns ao fornecimento de alimentos são os eventos climáticos extremos, como grandes inundações, bem como a falta de chuva. Os comerciantes relataram ano a ano os problemas que enfrentaram, ligados a um produto ou a outro, muitos deles relacionados com as condições do clima, mas também devidos ao aumento no preço do combustível.

Em especial, 2011 colocou graves desafios por causa da pouca chuva, como mencionado por um em cada três comerciantes entrevistados, que podiam se lembrar dos anos mais críticos em cada uma das cidades. As perdas dos produtos, devido a mudanças no regime de chuvas, variaram entre 40 e 100%.

Porém, para dois em cada três casos, as fontes alternativas de alimentos permitiram aos atacadistas compensarem as prováveis perdas; com os custos extras relacionados (maior distância para transportar) sendo transferidos para os consumidores.

De fato, vários comerciantes relataram lucros extras ao se beneficiarem com os preços mais altos gerados pela falta de produtos para atender à demanda.



O número de galinhas transportadas numa motocicleta é registrado numa estrada de acesso a Ouagadougou. Foto: IWMI

Os alimentos mais afetados pelas crises de escassez foram aqueles que os comerciantes não conseguem manter estoques adequados, como arroz, milho, milho e cebola.

Do sul para o norte, foi observada uma tendência no aumento da vulnerabilidade, conforme as regiões tornam-se mais secas. Comparada com Accra e Kumasi, em Tamale verificou-se o dobro de casos em que os comerciantes não foram capazes de lidar com a escassez, e o número de tais casos dobra novamente quando se analisa a situação de Ouagadougou.

A maior diversidade geográfica das bacias alimentares (ou seja, mais áreas produtoras) parece melhorar a resiliência dos sistemas alimentares urbanos.

Porém, embora os comerciantes urbanos apareçam geralmente mais preparados para lidar com os eventos climáticos extremos, os consumidores de baixa renda sofrem com os aumentos dos preços dos alimentos, variando de 5 a 35%.

É necessário pesquisar o quanto essas variações podem ser controladas pelo governo por meio de instalações de estocagem para os produtos básicos.

**Pay Drechsel, Hanna Karg, Richard Kofi Appoh,
Edmund K. Akoto-Danso**
GlobE – UrbanFoodPlus Project
p.drechsel@cgiar.org

Referência

- Karg, H.; Drechsel, P.; Akoto-Danso, E.K.; Glaser, R.; Nyarko, G.; Buerkert, A. 2016. Foodsheds and City Region Food Systems in two West African Cities. Sustainability 2016, 8, 1175. www.mdpi.com/2071-1050/8/12/1175/pdf

Nota

Este artigo foi apresentado originalmente na Conferência Internacional de Cadeias Agroalimentares e Desenvolvimento Sustentável: Ligando as Dinâmicas Local e Global (Montpellier, França, de 12 a 14 de dezembro de 2016).

Um marco indicativo para os sistemas alimentares urbano-regionais: um novo recurso para as cidades



Foto: Spelenderwijs, Utrecht

Antecedentes

A Fundação RUAF e a FAO desenvolveram um marco indicativo no contexto de seu programa conjunto voltado para o levantamento e o planejamento de sistemas alimentares urbano-regionais. Trata-se de uma ferramenta prática projetada para ajudar qualquer cidade a:

- Levantar, adotando uma abordagem integral, a situação e o desempenho do sistema alimentar atual;
- Identificar as áreas prioritárias para ação, com objetivos claramente definidos e os instrumentos que irão medir as mudanças obtidas;
- Planejar estratégias e ações para alcançar os objetivos desejados; e
- Estabelecer uma base inicial de referência e monitorar as mudanças resultantes da (futura) implementação das políticas e do programa.

O processo de desenvolvimento

O marco indicativo foi desenvolvido em torno de 21 áreas-chave (a “direção desejada da viagem”) que caracterizam um SAUR mais sustentável e resiliente (“[A Vision for City Region Food Systems](#)”, FAO & RUAF). Após um trabalho inicial realizado em dois encontros de especialistas em Roma (março de 2015 e abril de 2016), um conjunto de 210 indicadores/medidores foi compilado para ajudar a avaliar tanto a base inicial de referência quanto os progressos alcançados rumo às mudanças para maior resiliência e sustentabilidade dos sistemas alimentares urbanos.

O marco também se apoia em experiências geradas por sua aplicação pelas equipes locais de [sete cidades em vários continentes](#).

A partir de uma “abordagem integral do sistema alimentar”, os indicadores baseiam-se numa matriz que considera as duas seguintes dimensões:

- As áreas de sustentabilidade que refletem a natureza multifuncional do sistema alimentar; e

- Os resultados do sistema alimentar para os diversos componentes que o formam (desde a produção até o desperdício na forma de resíduos, e também o seu planejamento e as políticas que o afetam).

O marco indicativo conecta as prioridades das políticas alimentares com os resultados que as cidades querem assegurar no futuro (i.e., as mudanças em direção a um SAUR mais resiliente e sustentável), bem como definir os possíveis indicadores para medir cada resultado.

Para cada uma das áreas de sustentabilidade do sistema alimentar, os objetivos, resultados e impactos abrangentes foram definidos (ver Tabela 1 para um exemplo na primeira área: sustentabilidade social e equidade).

Os 210 possíveis indicadores incluídos no marco indicativo para o SAUR ligam-se às várias áreas de impacto. O propósito dos indicadores é ajudar a medir a extensão na qual as mudanças desejadas estão de fato ocorrendo. Cada cidade vai precisar identificar os indicadores mais apropriados para suas próprias áreas prioritárias de impacto.

Os indicadores também podem ser usados para estabelecer a base inicial de referência a partir da qual podem-se medir os progressos e as mudanças em andamento ao longo do tempo. [O marco completo pode ser acessado aqui.](#)

As sinergias entre as políticas alimentares e os objetivos de sustentabilidade

Nas últimas décadas, muitas estratégias de sistemas alimentares foram desenvolvidas por administrações locais ou regionais que tentam organizá-las de um modo sustentável e, ao mesmo tempo, perseguir objetivos relacionados com a saúde pública, a preservação ambiental, a resiliência urbana e a vitalidade econômica.

Essas estratégias também buscam alcançar os objetivos incluídos nas agendas urbanas e nos programas internacionais de desenvolvimento sustentável.

Para compreender a contribuição real dos sistemas e cadeias alimentares no enfrentamento dos desafios globais, foram identificadas as sinergias entre os objetivos das políticas alimentares e aquelas relacionadas com os programas internacionais de sustentabilidade. A Universidade de Molise, Itália, analisou várias experiências voltadas para levantar a sustentabilidade dos sistemas alimentares, globalmente e em diferentes escalas, elaborando uma lista de 10 metas para as políticas de alimentares e 54 objetivos.

A lista foi comparada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana, da ONU. Os resultados mostram, por um lado, que os efeitos positivos de uma estratégia alimentar bem elaborada são múltiplos, apresentando sinergias com outros programas importantes voltados para a sustentabilidade, e que, por outro lado, um marco de avaliação para verificar a sua efetividade em atingir os objetivos é necessário.

Para maiores informações sobre a lista completa de conexões entre objetivos das políticas alimentares e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana, por favor escreva para gia.mazzocchi@gmail.com.

Há dois pontos importantes a serem observados:

1. A maior parte dos indicadores está relacionada com toda a cidade e sua região; ela inclui, portanto, as situações urbana e rural em conjunto, mais do que cada área separadamente.

2. Muitos indicadores são múltiplos, e precisam ser desagregados. Quanto mais os dados podem ser desagregados - p.ex., por localização geográfica, grupo de renda, faixa etária, gênero – melhor.

Vários indicadores exigem dados muitos específicos e podem precisar ser separados por seções para calcular os números finais. Por exemplo: “(Redução no) número e tipo de pessoas precisando de ajuda alimentar emergencial”.

Esse processo deve ser informativo, mesmo se um número final se revela muito difícil de ser estabelecido. Identificar onde faltam dados já é, por si, um resultado importante.

O marco indicativo também inclui uma coluna com os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que podem ser adaptados para corresponder à situação local.

Isso pode ser útil caso a cidade esteja fazendo uso dos ODS em seus próprios planos estratégicos. Ele também indica as várias fontes de dados secundários ou primários, dos quais informações indicadoras podem ser extraídas ou coletadas. Essa lista, naturalmente, não é completa nem definitiva.

Como usar o marco

1. **Iniciando:** Como cada cidade é diferente das outras, o primeiro passo será identificar as prioridades para mudança no atual sistema alimentar, que são definidas pelo entendimento mais profundo do contexto local e regional. O marco indicativo indica ideias para a “direção desejada da viagem” e cada cidade terá de decidir sobre os objetivos (mais) específicos para construir sistemas alimentares urbano-regionais mais sustentáveis e resilientes, que podem precisar ser alinhados com objetivos de políticas já estabelecidos.
2. **Usando os indicadores:** Os indicadores precisam ser selecionados de acordo com as prioridades e modificados para corresponderem à situação local. Eles podem ser usados para ajudar a coletar os dados iniciais de referência. Os indicadores são apenas números, e precisam ser conectados às suas “áreas de impacto” relevantes e à “direção desejada da viagem” por meio de narrativas analíticas no estágio inicial. Também deve ser considerado que a extensão na qual as organizações e pesquisadores locais nas cidades podem coletar/analisar os dados correspondentes depende grandemente da disponibilidade de dados (secundários e primários) e da complexidade dos indicadores. Os desafios podem incluir a concordância sobre o que medir; encontrar meios mais econômicos para coletar dados e ganhar percepções sobre o seu significado; engajar os tomadores de decisões e formuladores de políticas ou responsáveis pelos orçamentos para a priorização desse trabalho; e alinhar esse trabalho com os recursos disponíveis: dinheiro, tempo, conhecimento e compromisso.
3. **Coletando os dados:** a coleta e a análise dos dados sobre os indicadores SAUR selecionados podem ser realizadas usando-se uma variedade de métodos, inclusive:
 - Coleta de dados qualitativos e quantitativos por meio de pesquisas nas moradias, no governo e nos negócios;
 - Consultas mais detalhadas com as várias partes interessadas e com especialistas (por meio de discussões com grupos-focais, entrevistas etc.);
 - Mapeamento quantitativo dos fluxos de alimentos; e
 - Uso de estudos de casos representativos para ilustrar questões específicas, destacar (potenciais) inovações e oferecer insumos e ideias para o planejamento de políticas e ações.

Onde for muito custoso ou difícil coletar dados importantes para serem incluídos, podem-se usar outras abordagens. Por exemplo, medir as emissões de gases-estufa pode ser muito caro e demorado para ser incluído no âmbito desse projeto. Porém talvez haja estudos que possam ser usados, p.ex., dados sobre as emissões típicas dos meios de transporte mais usados para movimentar alimentos na região.

Ou pode não haver dados sobre a geração de resíduos alimentares, mas iniciativas bem-sucedidas podem ser descritas, como estudos de casos e análises posteriores feitas para explorar as oportunidades de melhorias e mudanças. Nesse caso, será importante considerar esse exercício como uma “avaliação rápida”, mais do que um estudo científico robusto, e portanto fazer uso também de entrevistas e grupos focais para reunir mais dados.

4. **Localizando espacialmente os dados:** É importante ser capaz de relacionar geograficamente a coleta e a análise dos indicadores específicos com suas áreas específicas da cidade, para servir de base para um futuro planejamento territorial.

Objetivos, resultados e áreas de impacto dos sistemas alimentares urbano-regionais

Objetivos	Resultados: a <i>direção desejada da viagem</i> Os resultados que a cidade deseja alcançar no longo prazo	Áreas de impacto: questões-chave a serem medidas É importante esclarecer o foco do levantamento; a cidade pode precisar escolher quais lhe são mais apropriadas entre as sugestões seguintes:
1. Melhorar a saúde e o bem-estar, e garantir o acesso à alimentação e à nutrição adequadas.	Todos os moradores rurais e urbanos têm acesso a alimentos a custo viável, suficientes, nutritivos, adequados e diversificados, que contribuem para dietas saudáveis e atendem às necessidades alimentares.	<p><i>Acessibilidade:</i> grau de facilidade com o qual os grupos de baixa renda e mais vulneráveis na cidade-região podem comprar e preparar refeições nutricionalmente balanceadas</p> <p><i>Custo viável:</i> despesas com alimentação ao alcance dos vários tipos de consumidores da cidade-região (incluindo os grupos mais vulneráveis)</p> <p><i>Saúde, bem-estar e nutrição:</i> incidência de doenças relacionadas com a alimentação e condições de saúde física e mental em comunidades específicas</p> <p><i>Legislação e padrões nutricionais:</i> a que ponto alimentos nutritivos e de qualidade são fornecidos pelos setores de processamento e comércio varejista e de preparo e fornecimento de refeições prontas (inclusive as vendas para órgãos públicos) e consumidos pela população</p> <p><i>Educação e conscientização:</i> a que ponto os residentes da cidade-região detêm conhecimentos e habilidades relacionadas com alimentos seguros, diversificados e nutritivos</p> <p><i>Segurança alimentar:</i> a que ponto os setores de processamento, comércio varejista e empresas fornecedoras de refeições prontas atendem aos regulamentos sanitários e de segurança dos alimentos</p>
2. Melhorar as condições sociais dos trabalhadores	Todos os trabalhadores no sistema alimentar trabalham em condições saudáveis e seguras	<i>Condições da força de trabalho:</i> até que ponto todos os negócios do sistema alimentar urbano-regional oferecem condições de trabalho saudáveis e seguras, reduzindo os riscos para os trabalhadores
3. Valorizar a cultura e a herança alimentares locais	A cidade-região é conhecida por sua cultura alimentar, herança gastronômica e senso de identidade	<i>Cultura alimentar e identidade:</i> a que ponto os negócios alimentícios localizados na cidade-região estão realmente conectados com os alimentos produzidos/processados regionalmente, e que mostram claramente sua origem local aos consumidores
4. Assegurar a aceitabilidade dos alimentos oferecidos aos moradores urbanos	A cidade é conhecida por uma diversidade acessível de alimentos para atender a uma ampla gama de hábitos alimentares de seus moradores	<i>Escolhas alimentares:</i> a que ponto a oferta de alimentos atende às necessidades de uma ampla diversidade de consumidores

Conclusão

O objetivo final da análise de um SAUR e dos dados e indicadores coletados é avançar no projeto de políticas alimentares e no seu planejamento estratégico.

A coleta dos indicadores iniciais de referência pode atuar como um gatilho útil para melhorar as políticas e as ações; a aparência “neutra” dos dados e pesquisas apresentados oferece um ponto de entrada para incluir a alimentação na agenda das políticas. Igualmente, os indicadores podem desempenhar um papel útil para permitir o monitoramento e o melhoramento do desempenho e progresso em termos da implementação do programa e suas políticas.

Por exemplo, na perspectiva da região de Utrecht (Holanda), existe uma lacuna na produção regional de hortaliças, carne e ovos. Já a produção de frutas e laticínios está mais presente, e oferece oportunidades para abastecer o mercado regional.

Uma das recomendações para Utrecht é compatibilizar melhor a oferta e a demanda locais. Isso requer estimular a demanda por alimentos locais, apoiar a produção, o processamento e a comercialização de alimentos regionais, e melhorar a coordenação entre a demanda e a oferta de produtos regionais considerando os negócios instalados em municípios vizinhos. Os indicadores mais relevantes incluem:

- O número de operações agrícolas comerciais na região de Utrecht, por tipo, que produzem explicitamente para a região;
- O número de mercados de produtores na região de Utrecht;
- A porcentagem da população que sempre ou frequentemente compra alimentos produzidos na região; e
- A proporção dos gastos com alimentação realizados por instituições públicas dirigidos para as cadeias curtas de abastecimento (local e regional).

Em Quito (Equador), foram estabelecidas metas para os vários resultados previstos da estratégia alimentar territorial. Indicadores da base inicial de referência foram definidos para cada tipo de meta, incluindo:

- Os tipos e os volumes dos alimentos importados de fora da região em torno da cidade, comparados com os tipos e volumes de produtos similares produzidos dentro dela;
- A superfície total atual e potencialmente disponível para a produção de alimentos no Distrito Metropolitano de Quito, usada para a agricultura urbana, periurbana e rural;
- O número e a porcentagem de crianças sofrendo de má-nutrição crônica, (por faixa de renda);
- A presença de uma estrutura ativa de política e planejamento alimentares, reunindo as partes interessadas;
- A existência de um plano de gestão emergencial para o abastecimento alimentar no município (em resposta a desastres, vulnerabilidades na produção, transporte dos alimentos e o acesso a eles; choques socioeconômicos etc.), com base no levantamento das vulnerabilidades;
- O custo de uma cesta alimentar nutritiva nos níveis da comunidade e da cidade; e
- O número de empregos no setor alimentício.

Para apoiar o planejamento e o alcance das políticas, é importante considerar a apresentação e a visualização dos dados coletados e como essas constatações são comunicadas aos formuladores de políticas públicas.

Em Colombo (Sri Lanka), e em Kitwe e Lusaka (Zâmbia), os dados coletados nos levantamentos foram georeferenciados e mapeados para melhor visualização e maior compreensão do SAUR e de sua distribuição e dinâmica espaciais. Em Utrecht e em Toronto (Canadá), os dados e números principais foram resumidos e visualizados conforme as várias partes do sistema alimentar, ressaltando, por exemplo, a sua contribuição relevante na criação de empregos e redução da emissão de gases-estufa, ou os impactos da alimentação mais nutritiva na saúde da população.

Marielle Dubbeling
RUAF Foundation
m.dubbeling@ruaf.org

Joy Carey
RUAF Foundation
j.carey@ruaf.org

Nota

O marco indicativo para SAUR faz parte de um conjunto de recursos para avaliar e planejar sistemas alimentares urbano-regionais sustentáveis. O conjunto foi desenvolvido pela FAO, Fundação RUAF e Wilfrid Laurier University, com apoio financeiro do Ministério da Agricultura e Alimentação da Alemanha e da Daniel and Nina Carasso Foundation.

Indicadores alimentares na cidade de Nova York:

Compartilhando lições para a próxima década

Joy Carey

Em um recente relatório publicado em fevereiro de 2018, o Instituto de Política Alimentar Urbana da Universidade de Nova York levantou o que foi modificado na política alimentar da cidade (NYC) desde 2008, e identificou vários desafios que qualquer cidade irá enfrentar para desenvolver seu processo de levantamento e avaliação do sistema alimentar. Esse relatório precisa ser lido por todas as pessoas envolvidas com a implementação e o monitoramento de mudanças no sistema alimentar no nível urbano.

Os principais resultados sugerem que, embora as realizações até a data mostrem que os governos municipais e estaduais podem agir na política alimentar e implementar políticas capazes de levar a melhorias na saúde, se NYC quiser promover melhoramentos significativos nas questões ligadas à alimentação na próxima década precisará fazer mais do que simplesmente manter os esforços atuais.

Questões que dão forma ao relatório

O relatório *‘Lições para a Próxima Década’* busca responder a várias questões:

- Quais são as forças e fraquezas verificadas com relação às recomendações de políticas alimentares que os administradores de NYC e do estado de Nova York implementaram durante a última década?
- Até que ponto as políticas monitoradas por meio dos relatórios de avaliação alimentar desde 2012 foram implementadas? Quais as forças e fraquezas desse sistema de monitoramento?
- Quais são as evidências da implementação e dos impactos do amplo conjunto de políticas públicas alimentares aprovadas em NYC ou no estado de Nova York na última década?
- Como mudaram os principais indicadores de nutrição e saúde para a população de NYC ao longo da última década? O que essas mudanças nos contam sobre o sucesso e as limitações das políticas alimentares atuais?

Como NYC usa os indicadores alimentares?

Em várias agências governamentais em NYC e arredores existe uma importante tentativa para criar políticas que se relacionem com os seguintes objetivos ligados à alimentação, dos quais a Agência Municipal de Política Alimentar monitora 37 indicadores:

- Melhorar o bem-estar nutricional – reduzir doenças ligadas à alimentação (21 indicadores)
- Promover a segurança alimentar (4 indicadores)
- Criar sistemas alimentares que apoiem o desenvolvimento econômico e comunitário (3 indicadores)
- Garantir sistemas alimentares sustentáveis – redução das perdas, da emissão de gases-estufa e proteção das áreas produtivas agrícolas (8 indicadores)
- Apoiar os agricultores e trabalhadores rurais (1 indicador)
- Fortalecer a governança e a democracia alimentares (sem indicador)

Como o uso desses indicadores tem ajudado, e quais são as suas limitações?

- Os seis Relatórios de Avaliação da Alimentação (Food Metrics Reports) anuais, publicados de 2012 até 2017, mostram o progresso mensurável de cerca de 50% dos 37 indicadores e fornecem dados valiosos para compreender a implementação das iniciativas alimentares da cidade.
- Metade dos indicadores está relacionada com os objetivos da política que promovem a saúde e reduzem as doenças ligadas à alimentação. Os demais objetivos têm bem menos indicadores.
- A maior parte dos indicadores atuais focam nos resultados, tornando difícil determinar se as políticas relacionadas com a alimentação estão tendo algum impacto ou não.

Quais aspectos e percepções tem NYC para compartilhar sobre o uso de indicadores e o processo de elaboração dos relatórios?

- Os indicadores precisam ser apresentados de modo a mostrar progressos ou retrocessos.
- Os indicadores precisam ser desagregados por áreas geográficas, para ajudar a identificar problemas locais e possibilitar soluções específicas.
- Os indicadores precisam estar disponíveis publicamente, para permitir a visualização e análises dos dados.
- A grande dependência de dados quantitativos dificulta a compreensão dos formuladores e promotores de políticas alimentares sobre as razões pelas quais as mudanças aconteceram ou não.
- Como a coleta de dados exige um grande esforço, são necessários mais recursos e o envolvimento de muitas outras organizações urbanas para contribuírem com informações que enriqueçam os Relatórios de Medição da Alimentação.

Por fim, os autores do relatório “Lições para a Próxima Década” recomendam: 1) um Plano Alimentar para NYC que cubra as metas da política alimentar para os próximo cinco ou dez anos para a cidade, para o estado e toda a região; e 2) um processo para identificar e medir os efeitos dos principais objetivos da política alimentar que possam ser usados para monitorar o desenvolvimento do plano alimentar da cidade.

Joy Carey
 RUAF Foundation
j.carey@ruaf.org

Recursos

Este relatório está disponível em: www.cunyurbanfoodpolicy.org/news/2018/2/16/food-policy-in-newyork-city-since-2008-lessons-for-the-next-decade Para conhecer os 37 indicadores e sub-indicadores alimentares de NYC, ver os anexos nas páginas 3 a 7.

O conhecimento acadêmico adequado sobre agricultura urbana e sistemas alimentares

Diana Lee-Smith

As pesquisas acadêmicas sobre sistemas alimentares têm sido criticadas por causa da superposição aleatória de várias disciplinas, muitas vezes sem sequer abordar os mesmos problemas ou questões, e também por serem movidas “ideologicamente”. Os dados sobre a agricultura urbana (AU) e os sistemas alimentares também têm sido criticados por serem falhos, inconsistentes ou ultrapassados. Em resposta, este artigo examina como as superposições interdisciplinares devem ser consideradas. Ele também apresenta uma visão geral dos dados quantitativos sobre as moradias que praticam a AU na África ao longo de várias décadas, reunindo importantes resultados empíricos que podem ser usados para fazer avançar o debate sobre a efetividade dos sistemas alimentares e da AU em várias regiões. Algumas questões levantadas sugerem pesquisas futuras sobre a relação da AU com os sistemas alimentares.

O tamanho deste artigo não permite a avaliação dos estudos comparados, mas basta dizer que cada um deles usou uma pesquisa domiciliar em uma vila ou cidade e levantou a ocorrência dos vários tipos de AU. Os dados são analisados comparando-se as principais variáveis intervenientes disponíveis (tamanho e renda das famílias, acesso à terra, tamanho da cidade e – onde disponível – os níveis de nutrição e de segurança alimentar), de modo a verificar as diferenças e tendências.

Resultados

Como mostrado na Tabela 1, as famílias que praticam a AU formam uma proporção significativa, mas altamente variável entre as moradias africanas. Essa proporção depende da interação de variáveis como o tamanho da cidade, a renda familiar e o acesso à terra. Em geral, quanto maior a cidade, menos famílias praticam a AU. A maior parte das famílias cultiva para o consumo próprio, mas também para economizar na compra de alimentos. Algumas vendem os excedentes e outras têm objetivos predominantemente comerciais. Uma relação pouco explicada é que as famílias que praticam a AU são em geral maiores do que a média. Embora o efeito positivo da AU na segurança alimentar e nutricional pareça suficientemente estabelecido, mais estudos irão ajudar a confirmá-lo.

Surpreendentemente, as parcelas de menor renda são menos propensas a praticar a AU do que os grupos de renda mais elevada. Embora os pobres superem quantitativamente os grupos de renda média e alta nas cidades africanas, eles são proporcionalmente sub-representados entre os agricultores urbanos. Isso se deve provavelmente ao fato de viverem em favelas densamente povoadas, onde são raras as áreas livres disponíveis. Os grupos de renda maior têm mais condições para produzir alimentos, incluindo a criação de animais que é mais lucrativa, pois dispõem de quintais maiores.

A insegurança alimentar e a má-nutrição alcançam níveis alarmantes nas favelas africanas. As famílias que praticam a AU estão geralmente em melhor situação e com renda consistentemente mais elevada do que a média. Os agricultores urbanos de pequena escala faturam pelo menos duas vezes mais do que os produtores rurais, usando em média apenas 20% de área. A comercialização e as rendas mais elevadas estão associadas com a produção de animais, graças à oportunidade de vender produtos valorizados como leite e ovos, além da carne. E a horticultura urbana irrigada em áreas abertas das cidades pode prover uma renda anual duas a três vezes mais alta do que a gerada na agricultura rural.

Tabela 1: Proporção de famílias engajadas na AU em algumas cidades e vilas africanas

Cidade / vila	País	Domicílios produtores	Data da pesquisa	População urbana na data
11 cidades na África meridional	9 (membros do SADC *)	22% - cultivos e criação de animais (só os domicílios pobres considerados)	2008	Variada
21 na África ocidental		20-50% - cultivos e criação de animais	2006	Variada
Kampala	Uganda	49% - cultivos e criação de animais	2003	1.200.000
Mbeya	Tanzânia	93% - cultivos e criação de animais	2002	266.000
Morogoro	Tanzânia	90% - cultivos e criação de animais	2002	228.000
Ibadan	Nigéria	45% - cultivos e 40% - criação de animais	2000	2.550.593
Nakuru	Quênia	35% - cultivos e criação de animais	1998	239.000
Dar-es-Salaam	Tanzânia	36% - somente cultivos	1995	2.500.000
Kampala	Uganda	30% - cultivos e criação de animais	1991	774.000
Nairóbi	Quênia	20% - somente cultivos	1985	1.000.000
Adis Abeba	Etiópia	17% - somente cultivo de hortaliças	1983	1.400.000

Tabela produzida por Lee-Smith et al. (em breve)

* SADC – Southern Africa Development Community

Discussão

A relação entre a AU e a renda ainda não foi bem entendida. Existe uma ligação causal entre a AU e a redução da pobreza? São necessários estudos longitudinais para compreender o sentido dessa relação: a AU reduz a pobreza urbana ou uma renda mais alta ajuda as famílias a se envolverem com a AU? Ou ainda, por que as famílias que praticam AU são maiores, e o que, se for o caso, é possível aprender com esse fato? Mais e melhores estudos também são necessários sobre os impactos na saúde, tanto positivos quanto negativos, seguindo o trabalho seminal de Cole et al. (2008).

A ampla presença da AU nas cidades africanas e sua associação com a segurança alimentar, a nutrição infantil e o nível de renda, sugerem que apoiá-la como parte do planejamento urbano é desejável.

Porém os planejadores vão precisar distinguir entre os moradores de assentamentos informais de baixa renda (especialmente vítimas da insegurança alimentar e da má-nutrição) e os produtores urbanos de quintal, que claramente estão em melhor situação.



Uma mulher cultiva hortaliças em um lote perto dos escritórios administrativos municipais na Cidade do Cabo, África do Sul (2012). O lote foi doado pela Unidade de Agricultura Urbana, e os produtores também recebem água e esterco para aumentar a produção.

Foto: Diana Lee-Smith

Isso tem sido feito em Nairóbi por meio da Lei da Agricultura Urbana, de 2015, que aloca terra e água para a AU nas moradias em favelas – porém soluções de planejamento diferentes podem ser necessárias em cidades mais desenvolvidas e com menor incidência da má-nutrição.

Uma política de AU não pode ser provada como “certa” ou “errada”, mesmo embora – como afirmado neste artigo – ela seja um fato empírico bem estabelecido nas cidades africanas. Os formuladores de políticas precisam decidir se os fatos demonstram a necessidade de um planejamento para a AU, e em qual direção.

Os objetivos da política são fundamentais quando se trata de decidir o desenvolvimento de uma ação e o levantamento de sua efetividade.

Aliviar a fome e a má-nutrição pode ser um objetivo mais prioritário do que aumentar o PIB – porém não era assim até recentemente, embora a promoção da AU possa ser relacionada com os direitos humanos, como um meio para aliviar a fome e a má-nutrição (incluindo a falta de diversidade dietética que causa obesidade ou raquitismo).

Políticas apoiadoras podem, portanto, ser defendidas para a produção de alimentos de origem animal e de hortaliças frescas nas cidades.

Conclusões

Não existem muitas análises comparativas dos dados empíricos sobre a AU que levem em consideração vários estudos, como eu tentei fazer. Mesmo que os dados sejam discrepantes, e que muitos estudos estejam ultrapassados, mesmo assim eles são úteis para construir um quadro geral, e juntos revelam certos padrões.

O planejamento e os projetos de atividades de AU ligadas aos sistemas alimentares devem ter por base evidências empíricas precisas, bem como considerar as prioridades das políticas públicas locais e o uso do solo urbano.

Eles também devem basear-se em soluções criativas para solucionar dilemas complexos que não admitem soluções simples, aparentemente caracterizados como problemas “enviesados”, que exigem escolhas objetivas das pessoas envolvidas.

Diferentemente dos problemas de ciência social que podem ser testados com rigor, tais questões de planejamento requerem discussões participativas e o equilíbrio entre diversos interesses. Portanto o planejamento de sistemas alimentares, e mesmo a sua operação no dia-a-dia, é uma atividade inerentemente política; e as soluções irão variar, sendo específicas para cada local.

Diana Lee-Smith

Mazingira Institute, Nairobi, Kenya

Diana.leesmith@gmail.com

Referências

- Cole, D.C., Lee-Smith, D. and Nasinyama, G.W. (eds.) (2008) *Healthy City Harvests: Generating Evidence to Guide Policy on Urban Agriculture*, CIP/Urban Harvest and Makerere University Press, Kampala, Uganda and Lima, Peru

- Crush, J., Hovorka, A. and Tevera, D. (2010) 'Urban food production and household food security in southern African cities', Urban Food Security Series, no 4, Queen's University and AFSUN, Kingston and Cape Town
- Kimani-Murage, E.W., L. Schofield, F. Wekesah, S. Mohamed, B. Mberu, R. Ettarh, T. Egondi, C. Kyobutungi, and A. Ezeh (2014) Vulnerability to Food Insecurity in Urban Slums: Experiences from Nairobi, Kenya, *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 91: 6 doi:10.1007/s11524-014-9894-3
- Lee-Smith, D., Prain, G., Cofie, O., van Veenhuizen, R., Karanja, N, (forthcoming). 'Urban and Peri-Urban Farming Systems (UPUFS): feeding cities and enhancing resilience', in *Farming Systems and Food Security in Sub-Saharan Africa: Priorities for Science and Policy under Global Change*. Eds. John Dixon, Dennis Garrity, Jean-Marc Boffa, Tim Williams and Tilahun Amede, London, Earthscan
- Lee-Smith, D. and Lamba, D, (2015) 'Nutrition and urban agriculture in sub-Saharan African cities', *Right to Food and Nutrition Watch*, Issue 07

Nota

Uma versão maior deste artigo foi apresentada no evento científico "Connections and missing links within urban agriculture, food and food systems" na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 26 de abril de 2018.

Medindo o progresso rumo a sistemas alimentares urbanos sustentáveis:

Uma ‘caixa de ferramentas’ para a ação

Ana Moragues-Faus



Conferência da Rede de Cidades Sustentáveis quanto à Alimentação, 2017. Foto: Sustainable Food Cities Network

O que entendemos por ‘sucesso’? Como podemos convencer outras pessoas de que o que fazemos tem um impacto positivo no contexto alimentar urbano? E... estaremos mesmo tendo algum impacto? Quais são as atividades mais efetivas que podemos implementar num cenário de austeridade? Essas questões levaram a uma colaboração frutífera entre as cidades que participam da Rede de Cidades Sustentáveis quanto à Alimentação (Sustainable Food Cities Network – SFCN): uma rede reunindo 50 cidades no Reino Unido que estão desenvolvendo estratégias alimentares e parcerias locais para promovê-las. Nós iniciamos um processo de pesquisa-ação participativa visando desenvolver um conjunto de recursos para ajudar as parcerias alimentares a abordarem essas relevantes questões.

A SFCN é um projeto em parceria coordenado por três ONGs do Reino Unido – Soil Association, Sustain e Food Matters – que, desde 2011, reúne entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil para compartilhar desafios, explorar soluções efetivas e desenvolver boas práticas em todos os aspectos ligados à alimentação sustentável.

Com esse propósito, a SFCN oferece aos participantes uma [plataforma de apoio mútuo e troca de boas práticas](#); presta consultoria prática e suporte para questões específicas; produz materiais e recursos de treinamento; desenvolve [campanhas](#) locais e nacionais para promoção de mudanças; organiza eventos e [seminários virtuais](#); fornece fundos para apoiar atividades locais e projetou um marco que avalia e premia os sistemas alimentares urbanos conforme a sua sustentabilidade.

A SFCN reúne 50 cidades do Reino Unido e constitui um passo à frente na ampliação das estratégias alimentares urbanas, representando uma experiência única no mundo das políticas alimentares (Moragues-Faus, 2017). Nesse contexto, a SFCN pretende ajudar as cidades a medirem seus progressos no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e, e ao mesmo tempo, reconhecer as especificidades e diferenças de cada uma delas. Este artigo apresenta a motivação do projeto, o processo participativo para definir esses indicadores e as lições aprendidas.

Por que precisamos de indicadores?

A avaliação de programas e o desenvolvimento de indicadores são processos complexos e que demandam bastante tempo. Existem vários exercícios para levantar a sustentabilidade alimentar em níveis local, nacional e internacional, que usam diferentes marcos e implementam variadas metodologias (Prosperi et al., 2015). Por que então a SFCN interessou-se em definir seus próprios indicadores? Por três razões principais:

Primeiramente, a SFCN promove seu trabalho por meio de parcerias e abrange vários setores. Para participar da SFCN, uma cidade precisa ter instaladas parcerias envolvendo as várias partes interessadas no sistema alimentar, e desenvolver coletivamente um plano de ação alimentar que inclua as várias dimensões da sustentabilidade: saúde e bem-estar, justiça social, aspectos econômicos e desafios ambientais. Embora essa abordagem venha sendo crescentemente adotada por muitas outras iniciativas, ela ainda é relativamente nova no mundo das políticas urbanas. E, no geral, permanece sendo um desafio levantar – bem como comunicar – o **impacto coletivo do trabalho em conjunto**. Em consequência, um marco para a realização de levantamentos que mostre as conexões e sinergias entre os setores e atores pode gerar intervenções mais holísticas e participativas no sistema alimentar. E provocar mais apoio para as organizações multiatorais e os programas transsetoriais que envolvam as várias partes interessadas e os diferentes financiadores.

Em segundo lugar, o desenvolvimento de um marco que inclua a saúde e o bem-estar e os resultados econômicos e ambientais pode **ajudar diversos setores a trabalharem juntos e atingirem seus objetivos** por meio de atividades relacionadas com a alimentação. Por exemplo, alguns dos indicadores ligados à saúde e ao bem-estar identificados neste marco correspondem a indicadores de desempenho básico do Serviço de Saúde Pública do Reino Unido – viabilizando parcerias com instituições relevantes.

Sob essa ótica, é particularmente importante incluir evidências que mostrem como iniciativas alimentares específicas contribuem para melhorar indicadores relacionados com resultados específicos do sistema, p.ex. fornecendo estudos que mostrem o impacto da redução da exposição a ambientes marcados pela alimentação pouco saudável nas taxas de obesidade.

Por fim, num contexto da austeridade, as parcerias, conselhos e políticas alimentares esforçam-se por **definir prioridades**. Um marco que mapeie as atividades alimentares atuais pode ajudar a identificar as áreas que precisam de mais atenção e trabalho, as lacunas importantes em termos dos tipos de atividades – políticas, treinamento e ferramentas baseadas no mercado – e ainda quais as dimensões da sustentabilidade estão sendo alcançadas: saúde e bem-estar, ambiente e prosperidade econômica.

Além disso, se este marco contiver evidências de como iniciativas alimentares específicas contribuem para diversos indicadores de progresso, torna-se um recurso valioso para informar os tomadores de decisões.

Coproduzindo um conjunto de indicadores voltados para ações

Nós projetamos um processo participativo de pesquisa-ação com vistas a coproduzir um marco que viabilize levantamentos holísticos, especificamente localizados e orientados para ações. O processo foi conduzido por acadêmicos e praticantes da SFCN, e envolveu as diversas partes interessadas de modo a assegurar uma identificação coletiva dos objetivos e critérios para a escolha dos indicadores.

O projeto foi articulado em volta dos quatro seguintes passos:

- O primeiro é uma revisão da literatura acadêmica, que levou à identificação dos variados tipos de levantamentos já utilizados no contexto da alimentação, bem como da variada gama de indicadores usados para medir a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas alimentares urbanos (ver Prosperi et al., 2015).
- No segundo, os resultados dessa revisão da literatura guiaram o projeto de quatro oficinas participativas envolvendo mais de 100 praticantes para definir uma visão de cidade sustentável quanto à alimentação, e identificar os indicadores mais relevantes para orientar ações para alcançar esse objetivo. As oficinas foram organizadas geograficamente (Cardiff, Londres, Edinburgo e Liverpool) de modo a reconhecer as diferenças entre essas cidades que e configurar os tipos de parcerias e atividades em andamento, e daí levantar as prioridades, bem como maximizar a participação dos governos municipais e das organizações da sociedade civil no projeto.
- O terceiro passo consistiu em sintetizar os resultados das oficinas e verificar a viabilidade e a coerência dos indicadores selecionados com base na literatura disponível e nas impressões dos praticantes. Uma minuta do conjunto de ferramentas foi amplamente divulgada com essa finalidade. Ele também incluiu a realização de um “webminário” reunindo 42 participantes. Um encontro com 17 acadêmicos e praticantes também foi organizado em Londres para colher mais sugestões. No total, mais de 70 participantes ofereceram comentários sobre a minuta proposta.
- Por fim, nós aplicamos o marco em levantamentos realizados em duas cidades, Bristol e Cardiff, ambas envolvidas ativamente na SFCN. Esse passo incluiu a coleta de informações de várias instituições e as bases de dados produzidas nos últimos cinco anos para alimentar os indicadores e gerar percepções adicionais; p.ex. oferecendo uma reflexão sobre cada indicador e as fontes complementares de informações.

Todo esse processo resultou no desenvolvimento de um marco conceitual e num conjunto de ferramentas para medir progressos em direção à sustentabilidade do sistema alimentar das cidades, que pode ser acessado no link indicado mais abaixo.



Oficina sobre como identificar indicadores realizada na City University em setembro de 2015. Foto: Food Research Collaboration

Lições aprendidas

Embora seja importante ‘**não reinventar a roda**’, é igualmente relevante **ampliar a participação** das várias partes interessadas na definição do marco. Isso é essencial para assegurar o desenvolvimento de uma ferramenta que responda às necessidades das pessoas, e seja, portanto, útil e realmente implementado em contextos locais específicos.

No momento, nossa experiência no Reino Unido mostra que é virtualmente impossível desenvolver ou selecionar indicadores relacionados à alimentação no nível da cidade que sejam acessíveis, confiáveis, abrangentes e baratos para coletar. É importante **reconhecer essas concessões** e usar critérios para selecionar indicadores que sejam mais importantes para os potenciais usuários.

Mais do que desenvolver um marco perfeito para realizar levantamentos, nós buscamos desenvolver um conjunto útil e flexível de ferramentas que reconheça suas limitações.

Em nosso caso, alguns dos meta-indicadores são mais acessíveis do que outros, por exemplo, é fácil monitorar o decréscimo no número de pessoas obesas numa comunidade, porém é mais difícil medir mudanças no número de empregos vinculados ao setor da alimentação na economia local. Também é útil desagregar os diversos indicadores em termos de vizinhanças, gênero, idade, renda e etnia.

A combinação de uma **abordagem sistêmica para avaliar a sustentabilidade alimentar com uma perspectiva local** é uma característica fundamental desse marco. Estamos comprometidos em desenvolver um marco não-prescritível que acomode a diversidade das cidades do Reino Unido e leve em consideração que existem vários caminhos para chegar à sustentabilidade.

Além disso, o marco não levanta apenas o progresso, mas também ajuda a mapear as atividades atuais, conectar os diversos setores e partes interessadas presentes na cidade, e inspirar ações.

Próximos passos

O “Tool Box” é um projeto dinâmico que precisa ser refinado progressivamente. Os próximos passos para prosseguir no seu aperfeiçoamento estão sendo definidos, e já incluem:

- Pretendemos alinhar os meta-indicadores com outros processos que estão acontecendo, como os desenvolvidos pelo Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana. Esses meta-indicadores também serão avaliados de modo a oferecer um resultado visual do levantamento, que permita às cidades visualizarem seu progresso e os seus maiores desafios, bem como tornar possível fazer comparações para promover o intercâmbio das melhores práticas.
- Embora no momento o marco possa ser acessado como um documento, o SFCN está em processo de desenvolver recursos interativos onde os registros de cima para baixo e de baixo para cima sejam mais intuitivos e amigáveis. Essa plataforma interativa estará disponível até o final de 2018.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido em colaboração com a SFCN, especialmente com ajuda de Alizee Marcuee e Tom Andrews. Porém, eu continuo sendo responsável pelas visões expressas no artigo. O projeto recebeu financiamento do Conselho de Pesquisas Econômicas e Sociais do Reino Unido, no esquema Impact Accelerator Account.

Ana Moragues-Faus

Cardiff School of Geography and Planning, Sustainable Places Institute, Cardiff University, UK.

MoraguesFausA1@cardiff.ac.uk

Referências

- Moragues-Faus, A. (2017). Addressing Food Security Vulnerabilities Through Urban Food Policy Alliances: The Case of the Sustainable Food Cities Network in the UK. In D. Barling (Ed.), *Advances in food security and sustainability* (p. 87).
- Prosperi, P., Moragues-Faus, A., Sonnino, R., & Devereux, C. (2015). Measuring progress towards sustainable food cities: Sustainability and food security indicators. Access: http://sustainablefoodcities.org/Portals/4/Documents/Measuring%20progress%20towards%20sustainable%20food%20cities_final%20report%20w%20appendixes.pdf

Maiores informações

Abaixe a caixa de ferramentas: [Making the case and measuring progress: towards a systems approach to healthy and sustainable food.](#)

Webinário: Em dezembro de 2016 realizamos um seminário virtual no qual discutimos a *toolbox*. Para conhecer seus vários elementos, saber como usá-lo, e como ele foi desenvolvido, assista às [apresentações disponíveis aqui](#).

Como o município de Ede (Holanda) desenvolveu uma ferramenta para monitorar as melhorias no sistema alimentar local

Lydia Hubregtse

Lara Sibbing

Ede, um município holandês com 120.000 habitantes, tem uma ambição: garantir alimentos saudáveis e sustentáveis para todos os seus cidadãos. Um dos primeiros municípios a fazê-lo na Holanda, Ede desenvolveu uma política alimentar integrada para realizar esse objetivo, de acordo com os seis seguintes temas:

- Pessoas saudáveis
- Um ambiente alimentar saudável
- Consumo sustentável
- Cadeias de abastecimento alimentar curtas
- Um setor agroalimentar robusto
- Uma abordagem integrada da governança alimentar

A política alimentar de Ede vem sendo implementada há vários anos e seus primeiros efeitos já podem ser percebidos. Enquanto que, há apenas três anos, apenas uma em cada 10 escolas no município tinha uma horta, hoje essa taxa alcança um terço delas! E esse é apenas um dos resultados alcançados... Mas como monitorar a sua política alimentar, que objetiva melhorar todo o sistema urbano ligado à alimentação, através desses seis temas? E como esses resultados podem se tornar mais visíveis para os habitantes, formuladores de políticas e outros parceiros?

Como solução, a prefeitura criou um “painel alimentar” sob medida, no qual se combinam informações sobre todos os indicadores selecionados para monitorar o progresso realizados nos seis temas relevantes para a qualidade do sistema alimentar local. Esse painel está disponível para o público no site da prefeitura (ver link ao final). Algumas das informações vêm diretamente de monitoramentos e pesquisas já disponíveis, como o censo local que levanta o número de residentes acima do peso saudável.



Visão de parte do painel geral do município. No canto superior direito, o acesso à seção específica sobre alimentação.

Para outros indicadores, novas ferramentas foram desenvolvidas, incluindo a pesquisa sobre educação alimentar, na qual as escolas foram indagadas se possuem horta didática. Uma vantagem a mais do painel alimentar de Ede é criar, ao combinar informações já existentes com dados recentes sobre os seis temas, uma visão completa da situação do sistema e do progresso da política alimentar municipal.

Ao integrar o painel alimentar ao painel municipal geral recentemente criado, Ede demonstra que melhorar o sistema alimentar é tão importante quanto outras questões, como a economia local, a infraestrutura e a moradia no município.

Além disso, após incluir a situação do sistema alimentar na agenda municipal, Ede aumentou o apoio para a sua política alimentar ao tornar mensuráveis os seus impactos.

Coletar os dados e atualizar o painel municipal geral – no qual o painel alimentar está incluído – leva cerca de 20 dias a cada ano. Os custos chegam a 13 mil euros por ano (incluindo o programa usado pelo departamento de pesquisas do município para produzir estatísticas em geral). O investimento inicial para criar o painel geral do município custou aproximadamente 15 mil euros.

Agora que o painel alimentar existe, há espaço para melhorias. Selecionar os melhores indicadores, reconhecer aqueles que são mais precisos e aplicáveis, e atualizá-los, permanece sendo um desafio. O número de estudantes que trabalham em hortas escolares pode ser um bom indicador para medir a situação da educação alimentar no município.

Mas será ele um indicador prático? O número de escolas com hortas que as crianças podem usar pode parecer muito útil no final das contas. Para continuar melhorando a qualidade do painel, Ede está utilizando atualmente os indicadores do Pacto de Milão sobre Política Alimentar Urbana, desenvolvidos em conjunto com a FAO. Combinar esse marco amplo e global com a prática local parece ser um caminho frutífero a seguir!

Lydia Hubregtse e Lara Sibbing

Município de Ede

lara.sibbing@ede.nl

Recurso

<https://ede.buurtmonitor.nl/dashboard/Speerpuntenmonitor/Food/>

Comunicando objetivos e impactos do compartilhamento alimentar urbano

Anna Davies
Marion Weymes
Stephen Mackenzie

O compartilhamento de práticas alimentares nas cidades – que inclui ações coletivas ou combinadas de cultivo, preparo, consumo e redistribuição – está experimentando um renascimento promovido pela tecnologia; mas estarão essas atividades contribuindo para sistemas alimentares mais sustentáveis? Explorando as conclusões de um projeto de pesquisa, este artigo analisa os objetivos das iniciativas de compartilhamento de alimentos mediado por tecnologias da informação e da comunicação em nove cidades do mundo, e examina os modos que essas organizações estão divulgando suas atividades e impactos em seus perfis online. Cinco categorias – social, ambiental, econômica, de saúde e política – são usadas para classificar os objetivos e impactos. O artigo conclui identificando os principais desafios para estabelecer os impactos das práticas de compartilhamento alimentar na sustentabilidade.

Numa época de urbanização global, existe uma crescente clareza com relação à insustentabilidade atual das cidades. O compartilhamento alimentar, especialmente as formas mediadas pelas tecnologias da informação e da comunicação – tais como as plataformas de mídia social, websites e aplicativos –, está sendo crescentemente identificado por seus promotores como um mecanismo potencialmente transformador para reorientar os ambientes urbanos visando reduzir o consumo, conservar recursos, controlar as perdas e fornecer oportunidades adicionais para a interatividade.

Na arena da alimentação, o compartilhamento inclui a troca física de produtos e refeições, a conexão com pessoas que também desejam oferecer terra e ferramentas para a produção de alimentos, bem como espaços para o armazenamento e processamento de produtos e o preparo de refeições.

Outro aspecto importante do compartilhamento é permitir o intercâmbio de conhecimento, talentos e informações sobre a disponibilidade de comida e os meios para produzir, processar e prepará-la.



Exemplos de espaços urbanos compartilhados: Skip Garden (Londres) e Himmel Beet (Berlim).

Embora o compartilhamento de alimentos não seja um fato recente, o novo mundo mediado pelas TICs ampliou os territórios onde as pessoas podem compartilhar, aumentar o número de gente que pode se envolver e focar em novas formas de participação e interação de quem nem se conhece.

Porém, apesar das afirmações sobre a sustentabilidade trazida pelo compartilhamento urbano de alimentos, pouco se sabe sobre a escala coletiva, a abrangência e o impacto desses sistemas. Em resposta, SHARECITY – um projeto financiado pelo Conselho Europeu de Pesquisas – começou a mapear esse cenário internacional do compartilhamento de alimentos nas cidades.

O compartilhamento urbano da alimentação

Focando em 100 áreas urbanas de várias partes do mundo, mais de 4 mil iniciativas de compartilhamento de alimentos – desde grupos informais e comunitários até empresas sociais ou com fins lucrativos – foram identificadas, categorizadas e mapeadas com ajuda do programa SHARECITY100, um banco de dados aberto e participativo.

Esse estudo demonstrou a pouca consistência nas iniciativas com relação ao modo como os objetivos e impactos vinham sendo comunicados nos seus perfis *online*.

Isso é importante, já que as iniciativas utilizam seus perfis para comunicar o que fazem aos participantes e facilitar sua colaboração, construir e manter interações, facilitar o intercâmbio de novas ideias e estimular a cooperação e as inovações.

Essa comunicação também oferece um elemento de transparência, que pode ajudar a elevar a confiança numa iniciativa, organização ou comunidade.

Em resposta, realizamos uma análise textual e visual dos objetivos e impactos de 37 diversas iniciativas em nove cidades – Atenas, Barcelona, Berlim, Dublin, Londres, Melbourne, Nova York, São Francisco e Singapura – das práticas compartilhadas de cultivo, consumo e distribuição de alimentos.

Este artigo relata os objetivos e impactos verificados. Essas cidades foram selecionadas porque representam contextos geográficos, políticos e culturais contrastantes. As iniciativas foram selecionadas de modo a oferecer percepções sobre os vários tipos de compartilhamento alimentar.

Comunicando os objetivos

Os objetivos das ações de compartilhamento alimentar foram identificados por meio de um exame das propostas declaradas ou das descrições do propósito de cada iniciativa em seus perfis *online*.

Entre as 37 iniciativas, os **objetivos sociais** foram identificados em quase todos os casos (95%), mostrando que o compartilhamento alimentar permanece sendo um importante meio de comportamento pró-social entre amigos e famílias no século 21.

Os **objetivos ambientais** também foram mencionados por uma ampla maioria de iniciativas (89%), destacando-se a redução dos desperdícios de alimentos, a produção local e a agricultura de pequena escala, bem como a promoção das relações entre as pessoas e a natureza.

Os **objetivos econômicos** foram identificados em 59% das iniciativas pesquisadas. Embora esses objetivos econômicos sejam muito variados, os temas mais recorrentes incluíram a promoção de alternativas à economia de mercado tradicional e a redução das inequidades.

As iniciativas com **objetivos de promoção da saúde** chegaram perto de metade (49%), centrando na ideia de aumentar o acesso a alimentos frescos, saudáveis e nutritivos.

E **objetivos explicitamente políticos** – nos quais se busca mudar os meios pelos quais o poder e os recursos são distribuídos pela sociedade – estavam presentes em apenas 27% das iniciativas.

Comunicando os impactos

Nessa análise, os impactos foram considerados conforme os resultados relatados pelos promotores das iniciativas com relação às suas ações.

Embora os objetivos tenham sido claramente declarados em todos os exemplos, a comunicação dos impactos tendeu a ser irregular entre as várias iniciativas, com algumas informando seus resultados explícita e quantitativamente, e outros ilustrando-os qualitativamente por meio de imagens dos beneficiários, outras vezes usando histórias, testemunhos ou confirmação dos efeitos que resultaram das atividades ou serviços fornecidos.

Recursos visuais, como fotos e gráficos, também foram examinados, já que são incluídos com destaque nos perfis *online* das iniciativas, como um meio para comunicar o que elas promovem (p.ex., imagens de pessoas cultivando alimentos) e os resultados (p.ex., imagens das colheitas). Com relação às mídias sociais, estudos recentes comprovaram que as postagens com imagens produzem 650% mais de envolvimento do que postagens apenas textuais.

As imagens foram examinadas em termos de situação (p.ex., exteriores ou interiores), representação da natureza (radiante, não contaminada, rústica, urbana, rural etc.) e de alimentos (p.ex., crus ou cozidos, atraentes, “feios”), e a presença ou ausência de pessoas e atividades colaborativas (cultivo, consumo, transporte, preparo, aprendizado em grupo etc.). Essas evidências visuais foram ainda classificadas conforme as cinco categorias de impactos.

Praticamente todas (95%) as iniciativas forneceram algum tipo de informação sobre seus impactos, com cerca de metade deles sendo puramente qualitativos e os demais, quantitativos. Os impactos sociais das iniciativas foram os mais relatados (89%) e expressados quantitativamente por 52% de seus promotores. Os **impactos sociais** geralmente mais relatados foram o número de participantes nos eventos e o de parceiros das iniciativas. Por exemplo, a iniciativa de redistribuição de alimentos em Berlim (foodsharing.de) informa 200 mil usuários registrados na Alemanha, Áustria e Suíça, com 32.461 “salvadores de alimentos” voluntários nesses mesmos países. Os relatórios de impactos sociais qualitativos examinados foram frequentemente descrições de atividades que uma iniciativa facilita. Por exemplo, a iniciativa que mapeia colheitas urbanas “[Ripe Near Me](#)” (Maduro perto de Mim), em Melbourne, simplesmente informa que suas atividades dão aos “usuários uma ferramenta para conectá-los com sua comunidade local”. Nesses casos é mais raro encontrar detalhes da escala e da abrangência dos impactos.

Ao mesmo tempo, os **impactos ambientais** foram relatados por cerca de 66% das iniciativas examinadas. Esse é o tema em que as iniciativas têm mais chance de fornecer dados quantitativos sobre os impactos obtidos. Informações sobre a redução dos desperdícios por peso, como por exemplo “662.346 kg de alimentos recuperados desde 2013”, no relato da ONG Rescuing Leftover Cuisine (Nova York), foram frequentes nessa categoria. As informações qualitativas dos impactos ambientais tendem mais a focar nos alimentos que são produzidos local ou organicamente.

Quando os impactos sociais e ambientais foram as principais áreas de preocupação das iniciativas, pelo menos em termos de sua comunicação com o público, também foi possível identificar impactos **econômicos** (em 41% das iniciativas), de **saúde** (30%) e **políticos** (11%). Enquanto metade das iniciativas que identificam impactos econômicos forneceu alguns dados quantitativos, apenas 25% das que informaram impactos políticos o fizeram, e menos ainda relataram impactos na saúde. Essa constatação não é surpreendente, considerando-se os grandes desafios associados à desagregação das causas e efeitos diretos dos impactos em relação a mudanças na saúde e na política.

Maiores detalhes sobre essa análise dos objetivos e impactos estão detalhados na terceira publicação (Briefing Note) do projeto SHARECITY (Davies et al., 2018), disponível em seu site.

A sustentabilidade do compartilhamento alimentar

Embora o exame dos objetivos e impactos declarados pelas iniciativas que promovem algum tipo de compartilhamento alimentar não forneça, por si só, um meio para estabelecer todo o escopo dos impactos viabilizados pelas tecnologias de informação e comunicação, trata-se de um importante ponto inicial.

Ele cumpre o papel essencial de documentar exatamente como as iniciativas apresentam seus objetivos, e permite que esses sejam comparados com os impactos escolhidos por elas para apresentar em seus perfis virtuais. Isso é importante mesmo embora as iniciativas também comuniquem por outros meios, por exemplo por meio de interações pessoais e de relatórios para os financiadores e outros envolvidos.



Melbourne Food Justice Truck. Photo by SHARECITY

A análise mostra claramente que, embora todas as iniciativas incluam algum tipo de objetivo – mesmo que fracamente articulado –, as práticas para relatar as ações e informar os seus impactos são muito diferenciadas. Muito poucas iniciativas desenvolvem suas próprias métricas específicas para suas atividades, e ainda menos utilizam o crescente número de ferramentas para levantamentos da sustentabilidade em geral disponíveis.

Existem muitas e variadas razões potenciais para isso, sendo atualmente exploradas por meio de estudos etnográficos mais aprofundados, destacando-se entre elas as limitações financeiras ou de talentos, a pouca capacidade laboral disponível para conduzir tais levantamentos, bem como o montante de tempo necessário para coletar e analisar os dados necessários.

Com relação à comunicação *online*, em muitos casos os objetivos estão identificados, mas os dados qualitativos ou quantitativos não são informados. Sem surpresa, onde os dados são fornecidos, são os resultados mais facilmente determinados que predominam, como o número de pessoas engajadas, ou o volume de alimentos desviados da lata de lixo, mais do que os resultados a longo prazo, que são mais difíceis de isolar e avaliar ao longo do tempo.

Embora não haja nada de inerentemente errado com o uso de dados qualitativos ou focados nos efeitos, existem algumas limitações ao avaliá-los e relatá-los. Por exemplo, comunicar as atividades apenas com esses recursos pode limitar a capacidade das iniciativas para convencer atores externos de que as ações estão fazendo uma diferença significativa para a sustentabilidade urbana, e deixar de comunicar importantes maneiras pelas quais as iniciativas estão beneficiando as vidas dos moradores e os ambientes urbanos de modo mais amplo.

Embora convencer os tomadores de decisões ou potenciais financiadores possa não ser uma prioridade ou nem mesmo uma necessidade para muitas iniciativas, demonstrar os resultados fornece informações aos envolvidos nas iniciativas se eles estão progredindo rumo aos objetivos definidos.

Nossa pesquisa verificou que, em muitos casos, um dos principais objetivos para as iniciativas de compartilhamento alimentar é promover a justiça social e a inclusão ou coesão comunitária, porém poucas conclusões ou medições sobre esses impactos são fornecidas. Essa discrepância é compreensível, já que medir as dimensões coletivas, relacionais e afetivas do compartilhamento, como a generosidade, a autoestima e o pertencimento à comunidade, não é nada fácil...

Isso levanta a questão de se é possível e – talvez mais importante – apropriado aplicar métricas nesses casos. Se for, como as métricas apropriadas seriam identificadas? E, se não for, então como tais qualidades podem ser reconhecidas nas decisões sobre apoiar sistemas alimentares mais sustentáveis? Essas questões formam a base para a próxima fase do projeto SHARECITY de pesquisa.

Próximos passos

Analisar as narrativas fornecidas pelas próprias iniciativas em seus perfis *online* nos conta apenas um lado de suas histórias sobre os objetivos e impactos. O modo como essas estratégias de comunicação são recebidas precisa ser melhor explorado junto às iniciativas de compartilhamento alimentar, a seus participantes e a quem as financia ou regula, por meio de pesquisas etnográficas mais aprofundadas.

A partir dos resultados dessa pesquisa, um período de trabalho colaborativo com as iniciativas deverá ocorrer, quando então a equipe SHARECITY irá projetar com elas uma ferramenta flexível *online* para ajudar no estabelecimento de trajetórias rumo a seus objetivos, de modo a comunicar o valor de suas atividades de modo mais holístico.

Iremos refletir sobre os resultados de nossas atividades de planejamento colaborativo ao final deste ano, e gostaríamos de conhecer iniciativas interessadas em testar uma versão beta da ferramenta que iremos produzir para avaliar os impactos do compartilhamento na sustentabilidade urbana.

Nossos recursos e resultados estão disponíveis gratuitamente no [site SHARECITY](#). Ficaremos encantados em contatar quem queira discutir nosso trabalho mais profundamente. Entre em contato!

Agradecimentos

O projeto SHARECITY é financiado pela dotação nº. 646883 do Conselho Europeu de Pesquisas. Nosso agradecimento a todos os envolvidos nas iniciativas e a outras partes interessadas que participam de nossa pesquisa, que não teria sido possível sem a colaboração de toda a equipe SHARECITY.

Anna Davies, Marion Weymes e

Stephen Mackenzie

Department of Geography, Trinity College

Dublin, Irlanda

daviesa@tcd.ie

Referências

- Davies and Legg (2018) [Fare Sharing: Interrogating the nexus of ICT, urban food sharing and sustainability](#), *Food Culture and Society*, 21(1), forthcoming
- Davies, A.R., Gray, M., Donald, B., Knox-Hayes, J. (2017a) [Sharing economies: Moving beyond binaries in a digital age](#), *CJRES*, 10(2): 209-230
- Davies, A., and Weymes, M. (2017) [The SHARECITY100 Database](#). SHARECITY Briefing Note 1., Trinity College Dublin, Ireland.
- Davies, A.R., Edwards, F., Marovelli, B., Morrow, O., Rut, M., Weymes, M. (2017b) [Creative construction: Crafting, negotiating and performing urban food sharing landscapes](#). <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/area.12340/abstract><http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/area.12340/abstract>, *Area*, 49(4): 510-518.
- Davies, A.R., Edwards, F., Marovelli, B., Morrow, O., Rut, M., Weymes, M (2017c) [Making visible: Interrogating the performance of food sharing across 100 urban areas](#), *Geoforum*, 86: 136-149
- Davies, A.R., Weymes, M., MacKensie, S., Kuster, M. (2018) [Goals and Impacts: Communicating goals and impacts of food sharing in online spaces](#). SHARECITY Briefing Note 3. Trinity College Dublin, Ireland

Recursos na Web

SHARECITY website: <http://sharecity.ie/>

SHARECITY100 Database: <http://sharecity.ie/research/sharecity100-database/>

SHARECITY Briefing Notes: <http://sharecity.ie/outputs/publications/>



Medindo a agricultura urbana para formulação de políticas efetivas numa cidade dos EUA

Andrew Kilduff
Tim Tensen

Alterações na política alimentar e no zoneamento urbano permitem aos moradores criar pequenos animais e cultivar alimentos nos seus quintais, porém os residentes de unidades multifamiliares alugadas enfrentam desafios para terem garantidos seu direito de acesso à terra. Até hoje, muitos esforços monitorados de perto nos EUA estão focados nas cidades maiores – mas, por causa de sua escala, esses esforços não são necessariamente aplicáveis nas cidades médias do país (entre 50.000 e 250.000), que geralmente operam com menos recursos e exercem bem menos influência global. Porém as cidades médias somam a maior parte das áreas urbanas do país, e é nelas que a agricultura urbana (AU) pode ser mais impactante, ao promover um processo inclusivo e participativo. Este artigo foca no caso de uma cidade média norte-americana: Brockton (95.000 habitantes), em Massachusetts.

Herança industrial

Brockton, uma cidade pós-industrial no nordeste dos EUA, está sendo desafiada por uma arrecadação de impostos declinante, pela degradação ambiental e por questões sistêmicas de governança corrupta e ineficiente. Nos últimos 100 anos, ela testemunhou a ascensão e a queda de uma importante indústria manufatureira de calçados, e o seus efeitos no desenvolvimento residencial e comercial – daí resultando muitos terrenos abandonados e prédios comerciais e industriais desocupados.

Brockton também é o lar de uma grande população de imigrantes, inclusive grandes contingentes oriundos de Cabo Verde e do Haiti.

A maior parte das moradias em Brockton é formada por residências unifamiliares. A política que permite a produção de alimentos em áreas privadas deve contribuir para uma mudança no cenário urbano dos EUA.

Como essas parcelas não estão proporcionalmente representadas no governo municipal, a distribuição dos limitados recursos da cidade ao longo dos anos impactou negativamente a equanimidade social e econômica, bem como o bem-estar das comunidades, inclusive quanto ao acesso à alimentação.

A demanda das galinhas

A exploração da AU em Brockton começou quando cidadãos estavam pleiteando o direito de criar galinhas em seus quintais. Esforços anteriores para trazer essa demanda até o Conselho Municipal e Secretarias de Saúde e de Planejamento foram malsucedidos por que Brockton não tinha políticas públicas capazes de abordar a produção agrícola em áreas urbanas.

A partir de 2017, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Brockton envolveu uma equipe de estudantes da Conway School of Landscape Design para conceber uma solução a longo prazo, por meio da elaboração de um Plano-Diretor de Agricultura Urbana.

Esse Plano-Diretor esboçou uma definição operacional para a agricultura urbana, as condições prevalentes na cidade, e formulou cinco recomendações principais para apoiar a AU em Brockton.

Essas recomendações sublinhavam que o sucesso para qualquer projeto de AU precisa emergir de um processo de planejamento que reflita as necessidades e desejos da comunidade.

Superar as divergências existentes entre o governo municipal e a população precisava necessariamente fazer parte desse processo.

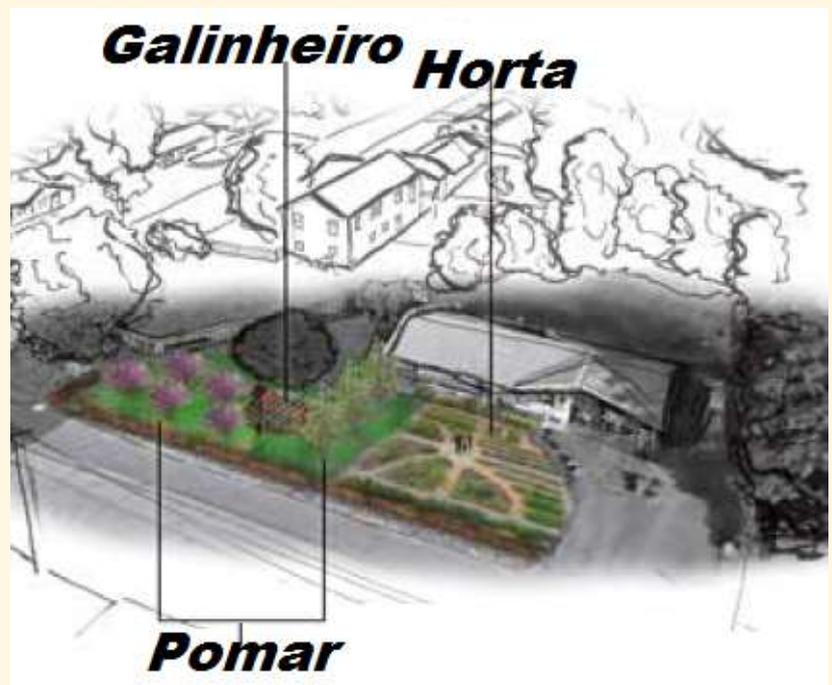
O Plano também reconheceu que, como a pesquisa de AU ainda está no início de seu desenvolvimento, ainda há muito a ser aprendido sobre como o planejamento e as políticas urbanas, a infraestrutura pública e privada, e os processos comunitários de tomada de decisões podem aumentar o acesso a alimentos locais e nutritivos.

Um passo à frente

O processo de formulação do Plano-Diretor levou Brockton a adotar uma política de apoio à AU – incluindo a permissão para os moradores criarem galinhas no quintal.

Esforços para incentivar empresas de agricultura urbana, inclusive alterações no zoneamento, para permitir a agricultura em lotes comerciais e industriais, também estão sendo implementados.

Paralelamente, Massachusetts está desenvolvendo políticas de alcance estadual de apoio à AU. Esses passos estão associados com ações de iniciativa comunitária; em Brockton, os setores religiosos e de serviços de saúde também promovem a AU.



O aproveitamento de lotes comerciais vagos em Brockton para a produção, processamento e distribuição de alimentos está sendo explorado como parte das soluções para estimular empresas de AU e o desenvolvimento econômico local.

Como os esforços de Brockton para apoiar a AU estão em seus primeiros estágios, está sendo possível estudá-los desde o início. E esse conhecimento é crítico, pois muitas cidades médias dos EUA também estão desenvolvendo a agricultura em seus territórios.



Brockton é, portanto, um candidato ideal para o estudo do desenvolvimento da agricultura urbana e dos esforços efetivos e replicáveis de planejamento e formulação de políticas públicas voltadas para a alimentação.

Andrew Kilduff e Tim Tensen
TK.designlab, Estados Unidos
andrew.kilduff@tkdesignlab.com

Referências

- Brown, K.H., and A.L. Jameton. "Public Health Implications of Urban Agriculture." *Journal of Public Health Policy*, vol. 21, no. 1, 2000, pp. 20–39.
- JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/3343472
- Mougeot, L.J.A. "Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials And Risks, And Policy Challenges." *International Development Research Centre*, Nov. 2000.
- Conservation Law Fund. "Growing Green: Measuring Benefits, Overcoming Barriers, and Nurturing Opportunities for Urban Agriculture in Boston." July 2012.
- Kilduff, A., and T.Tensen. "Brockton Urban Agriculture Plan". The Conway School, 2017. https://issuu.com/conwaydesign/docs/brockton_urban_agriculture_spring_2
- Tumber, C. *Small Gritty and Green: The Promise of America's Smaller Industrial Cities in a Low-Carbon World*. The MIT Press, November 2011.

Com fome de mais?

Avaliando os sistemas alimentares urbano-regionais

Validando a abordagem de sistemas alimentares urbano-regionais: habilitando sistemas alimentares urbano-regionais inclusivos e transformadores

Esse artigo oferece um levantamento crítico da abordagem de sistemas alimentares urbano-regionais (SAUR) (ver também páginas 8 e 52).

<http://www.mdpi.com/2071-1050/10/5/1680>

Avaliando a resiliência de sistemas alimentares

Medindo a resiliência de sistemas alimentares locais: lições aprendidas em Honduras e Nicarágua
Este artigo apresenta uma série de indicadores de resiliência como exemplos para avaliar sistemas alimentares locais com base em consultas junto a comunidades em Honduras e Nicarágua. Ele é endereçado especialmente aos praticantes e especialistas em segurança e resiliência alimentares na América Central e para quem trabalha com medições da segurança alimentar e mudança climática em geral.

<http://www.iisd.org/library/measuring-local-food-systems-resilience-lessons-learned-honduras-and-nicaragua>

Relatório sobre desastres e sistemas alimentares em São Francisco

Essa análise inclui recomendações para melhorar a resiliência alimentar entre as populações de baixa renda e mais vulneráveis no caso de desastres. O relatório destaca a fragilidade da cadeia de abastecimento alimentar de São Francisco, e foca em lições aprendidas com outros desastres (como o furacão Katrina e a super-tempestade Sandy).

www.issuelab.org/resource/san-francisco-disaster-foodsystem-report.html

A resiliência de cadeias alimentares longas e curtas: um estudo de caso em Queensland, Austrália

Este artigo oferece visões do desempenho da segurança alimentar das cadeias de abastecimento longas e curtas por meio da análise de sua resiliência diante de eventos climáticos severos que ocorreram no estado de Queensland, Austrália, no início de 2011.

link.springer.com/article/10.1007/s10460-015-9603-1

Resiliência econômica local: o papel das empresas comunitárias de alimentação.

Esse guia usa estudos de casos e se baseia em entrevistas com autoridades locais e eleitas para identificar os benefícios que os produtores comunitários de alimentos podem fornecer para a resiliência econômica local, e como as autoridades locais podem apoiá-los mais efetivamente. Esse relato faz parte de uma série de guias de fácil leitura desenvolvidos por empresas comunitárias e autoridades locais.

www.sharedassets.org.uk/innovation/local-land-economies

DADOS E INDICADORES DE SISTEMAS ALIMENTARES

Agricultura urbana: entre o fenômeno e a lenda urbana

Pay Drechsel (IWMI) na Conferência “Agricultura para o desenvolvimento – Transformação rural e urbanização (2017).

Assista no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=PBXcCuvIIAc>

Censo de agricultura urbana de Vancouver - 2014 a 2016

Esse censo oferece dados sobre as características e o impacto das operações agrícolas na cidade de Vancouver, Canadá. Ele contém informações detalhadas sobre o número e os tipos de sítios que produzem alimentos na cidade, a área urbana utilizada para a produção agrícola, a geração de empregos e a mão de obra voluntária no setor, as vendas dos produtos, o envolvimento das comunidades, os desafios que os negócios agrícolas urbanos enfrentam e a contribuição da agricultura urbana para os Objetivos Alimentares de Vancouver. <http://www.urbanfarmers.ca/vancouver-urban-farmingcensus-2014-to-2016>

A alimentação conta: um quadro-relatório pan-canadense dos sistemas alimentares sustentáveis

Esse relatório reúne as medidas voltadas para o bem-estar social, ambiental e econômico, de modo a ajudar pesquisadores, formuladores de políticas públicas e praticantes no exame de sistemas alimentares no nível nacional do Canadá.

<https://fledgeresearch.ca/foodcounts>



Próximo número – Outubro de 2018

Emprego juvenil e migração



A próxima edição da Revista de Agricultura Urbana é um esforço conjunto da Fundação RUAF e seu parceiro – O Centro Laurier de Sistemas Alimentares Sustentáveis, da Universidade Wilfrid Laurier (Canadá).

Nesse novo número, gostaríamos de pesquisar as questões do emprego de jovens e da migração para as cidades com relação à agricultura urbana e aos sistemas alimentares urbano-regionais.

Aguardamos sua contribuição sobre uma dessas questões:

- O papel da agricultura urbana e periurbana em oferecer oportunidades de trabalho decente ao longo da cadeia de abastecimento alimentar local (não apenas na produção de alimentos, mas também no seu processamento, distribuição, comercialização, preparação de refeições, gestão dos resíduos e sistemas de informação e comunicação ligados à comida), que sejam especialmente relevantes para os jovens.
- O papel da agricultura urbana e periurbana com relação à migração e à criação de postos de trabalho e de oportunidades econômicas, à elevação da autoestima e à proteção social, incluindo tópicos como empregos formais, informais e temporários, migração rural-urbana e questões de gênero, tanto nas regiões de origem quanto de destinação.
- Programas e projetos de alimentação ou agricultura urbana que facilitem o acesso a financiamento, terra, mercados, treinamento e educação focando nos agricultores jovens ou iniciantes e nos grupos vulneráveis.
- Projetos alimentares urbanos que reúnam os jovens (e os adultos), especialmente em atividades que promovam o compartilhamento de conhecimentos.
- Políticas sociais que apoiem a criação de empregos para os jovens nos setores agrícola e alimentício urbano, ou que ajudem a promover o progresso das minorias e dos migrantes recentes para fora da pobreza (como as políticas de compra de alimentos locais por órgãos do governo como escolas e hospitais públicos etc.).

Leia o chamado por contribuições completo. Prazos para envio: 1 de julho (resumo ou primeira minuta) e 1 de agosto (artigo completo).

O artigo pode ter até 600 (1 página), 1400 (2 páginas) ou 2100 palavras (3 páginas). Também receberemos outros tipos de contribuições, como entrevistas, resenhas de livros, histórias visuais, vídeos ou infográficos.

Essa próxima edição da Revista de Agricultura Urbana será lançada em outubro de 2018. Para maiores informações ou receber diretrizes mais detalhadas, favor contatar Femke Hoekstra: f.hoekstra@ruaf.org.

Urban Agriculture Magazine no. 34 - May 2018

Measuring Impacts / Medindo os Impactos

ISSN 1571-6244

A Revista de Agricultura Urbana é produzida pela RUAF Foundation, publicada duas vezes por ano e disponível no website da RUAF: www.ruaf.org.

A R-AU compartilha informações sobre agricultura urbana e sistemas alimentares urbanos em estreita colaboração com parceiros estratégicos sobre os temas abordados em cada edição, promove análises e debates sobre questões críticas para o desenvolvimento do setor, ao publicar “boas práticas” e relatos sobre os impactos e valoriza contribuições sobre novas iniciativas nos níveis individual, comunitário, urbano e nacional.

Damos especial atenção aos aspectos técnicos, socioeconômicos, institucionais e de políticas públicas da produção sustentável, urbana e periurbana, de alimentos, bem como aos sistemas de comercialização, processamento e distribuição. Embora artigos sobre qualquer assunto relacionado sejam bem-vindos, e considerados para publicação, cada edição da R-AU foca em um tema selecionado ([clique aqui](#) para acessar as edições anteriores em português).

Editoras deste número: Femke Hoekstra e Mariëlle Dubbeling - RUAF.

Editora de Idiomas: Diane Schaap

Financiamento: esta edição foi produzida com fundos da Daniel and Nina Carasso Foundation

Diagramação: Interface Communicatie B.V., Ede

Assinaturas: info@ruaf.org

Endereço:

Urban Agriculture Magazine

Postbus 357, 3830 AK Leusden

The Netherlands

Tel: +31.33.4343003

e-mail: info@ruaf.org

website: www.ruaf.org



Membros da RUAF Foundation Global Partnership:

- International Water Management Institute (IWMI) (Colombo, Sri Lanka)
- The Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research of the Chinese Academy of Sciences (IGSNRR/CAS) (Beijing, China)
- The Centre for Sustainable Food Systems, Wilfrid Laurier University (Canada)
- Toronto Food Policy Council (Canada)
- The City of Ghent (Belgium)
- CONQUITO Economic Promotion Agency of the Municipality of Quito (Ecuador)
- Economia e Sostenibilita (ESTA) (Milan, Italy)
- Mazingira Institute (Nairobi, Kenya)

Essa parceria global é gerida pela RUAF Foundation, baseada em Amersfoort, Holanda.

A RUAF Foundation usa a “Attribution-Noncommercial-Share Alike 3.0 Unported Creative Commons Licence”. Para maiores detalhes, acesse: www.creativecommons.org.